

ATA DA 512ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

Aos 30 (trinta) dias do mês de junho de 2026, às 13h30min, ocorreu a 512ª Reunião do Conselho Fiscal da Eletros, por meio de e-mail, com a participação dos Conselheiros Fiscais Efetivos, José Luiz Grünewald Miglievich Leduc (Presidente), Gustavo Botrel Coutinho de Melo, Juvenor Pereira da Silva Júnior, Wanderson Luiz Lopes Fortunato. Participaram também os Conselheiros Suplentes Paula Barbosa, Marcio Kennedy de Almeida e Rosane Barboza da Silva. Tendo sido verificado e superado o quórum mínimo previsto no art. 45, § 2º do Estatuto da Eletros, a reunião do Conselho Fiscal da Eletros - CFE teve início para tratar exclusivamente, do seguinte tema.

1. APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE MANIFESTAÇÃO DE JANEIRO A DEZEMBRO/2025 DO CONSELHO FISCAL – Após realizado o trabalho de divisão de tarefas entre os Conselheiros Fiscais, tendo em vista o material basilar recebido, as análises realizadas no período, o Conselho Fiscal da ELETROS, de acordo com o Art. 19 da Resolução CGPC 13/2004, à unanimidade dos presentes, aprovou o Relatório de Manifestação do Conselho Fiscal de janeiro a dezembro/2025, anexo à presente.

1.1. Ato contínuo, autorizou o encaminhamento à Diretoria Executiva da ELETROS e ao Conselho Deliberativo da ELETROS, no dia 30/06/2026, cabendo a este último decidir sobre as providências que eventualmente devam ser adotadas, conforme previsto na legislação atinente.

1.2. Autorizou a divulgação do Relatório ora aprovado no site da ELETROS no dia 30/06/2026.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Fiscal deu por encerrada a reunião e solicitou a nós colaboradoras da Secretaria de Governança - SGO, Danielle Christine Almeida de Albuquerque Coutinho e Malba Patricia H. da Cunha P. Teixeira, que lavrassem a presente Ata, a qual lida e aprovada, é assinada pelos Conselheiros Fiscais presentes à reunião, e por nós que a secretariamos.


José Luiz Grünewald Miglievich Leduc
5923

José Luiz Grünewald Miglievich Leduc

Presidente do Conselho Fiscal


Gustavo Botrel
6009

Gustavo Botrel Coutinho de Melo

Conselheiro Fiscal

CFE- MPHCT


MPHCT
5914
DCAAC
6224
JF
41329
WF
46059



Juveor Pereira Da Silva Junior

41329

Juvenor Pereira da Silva Júnior

Conselheiro Fiscal



WANDERSON LUIZ LOPES FORTUNATO

46059

Wanderson Luiz Lopes Fortunato

Conselheiro Fiscal



Danielle Christine Almeida De Albuquerque Coutinho

6224

Danielle Christine Almeida de Albuquerque Coutinho

Secretaria de Governança



Malba Patricia Herbene Da Cunha Palhano Teixeira

5914

Malba Patricia Herbene da Cunha Palhano Teixeira

Especialista/Advogada OAB RJ 98.046

Secretaria de Governança



GB

6009



JL

5923



RELATÓRIO DE MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

JANEIRO a DEZEMBRO de 2025

VL	5923
JJ	41329
GB	6009
WF	46059



Sumário

1. Introdução.....	2
2. Acompanhamento da Regularidade da Habilitação, Certificação e Qualificação para o Exercício de Cargos ou Funções na ELETROS.....	3
3. Aderência e Enquadramento na Execução da Política de Investimento.....	14
4. Resultado dos Planos.....	15
5. Custos com a Administração dos Investimentos	26
6. Contingências – Passivos e Ativos Contingentes	27
7. Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais	32
9. Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade.....	44
10. Governança e Planejamento Estratégico:.....	55
11. Recomendações do Conselho Fiscal.....	56
12. Conclusão	62
13. Documentos de Referência.....	64
14. Glossário de Termos	65

1. Introdução

A Resolução nº 13 do Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC), de 01 de outubro de 2004, estabelece princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC.

Neste contexto, o artigo 19 da Resolução CGPC nº 13/2004, dispõe:

"Da Manifestação do Conselho Fiscal

Art. 19. Sem prejuízo de atribuições definidas em normas específicas, o conselho fiscal emitirá relatórios de controles internos, pelo menos semestralmente, que contemplem, no mínimo:

I - as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios às normas em vigor e à política de investimentos, a aderência das premissas e hipóteses atuariais e a execução orçamentária;

II - as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso;

III - análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

Parágrafo único. As conclusões, recomendações, análises e manifestações referidas nos incisos I, II e III do caput deste artigo:

I – devem ser levadas em tempo hábil ao conhecimento do conselho deliberativo da EFPC, a quem caberá decidir sobre as providências que eventualmente devam ser adotadas;

II – devem permanecer na EFPC, à disposição da Secretaria de Previdência Complementar, pelo prazo mínimo de cinco anos."

Adicionalmente, o artigo 7º da referida Resolução dispõe:

"Art. 7º. A estrutura organizacional deve permitir o fluxo das informações entre os vários níveis de gestão e adequado nível de supervisão."

Nesse sentido, o sistema de controles internos é fundamental para assegurar a integridade dos relatórios contábeis, financeiros e operacionais nas tomadas de decisão respaldadas por informações confiáveis. Outrossim, o relatório de controles internos emitido pelo Conselho Fiscal da Eletros - CFE considera o fluxo de informações avaliado para o 1º e 2º semestres de 2025.

Em 2024 foram mapeados e definidos os requisitos essenciais com vistas a definição do Plano de Trabalho Anual do CFE para o exercício de 2025. Este Plano de Trabalho se traduz em um roteiro de atividades e ações para o Conselho Fiscal com a finalidade de assegurar que as funções de supervisão e controle das finanças e da gestão da Fundação sejam exercidas de maneira eficiente, sistemática e em conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis. Assim, o Plano de Trabalho Anual do Conselho Fiscal aprovado na 486ª RCFE, realizada em

16/12/2024, foi cumprido, naquilo que é aderente ao período em análise (janeiro a dezembro/2025) atendendo a seu objetivo de:

- Definir claramente quais atividades serão realizadas e em que ordem, garantindo que todos os aspectos relevantes, de responsabilidade do CFE, sejam cobertos ao longo do ano;
- Fornecer uma visão clara das ações planejadas, o que permite adequada prestação de contas e transparência perante os membros da Fundação, participantes, patrocinadoras e outros stakeholders;
- Planejar as avaliações e exames a serem efetuados pelo colegiado para as revisões de relatórios financeiros e de mecanismos de controle, assegurando que a gestão esteja em conformidade com as políticas internas e a legislação vigente;
- Estabelecer procedimentos para verificar e garantir que a Fundação identifique e mitigue riscos financeiros e operacionais;
- Estabelecer procedimentos para identificar oportunidades para melhorar a eficiência e eficácia da gestão;
- Propor procedimentos para que a Fundação estabeleça práticas e métodos que visem o cumprimento de todas as obrigações legais e regulamentares nos prazos estabelecidos, evitando penalidades e outras consequências negativas;
- Prover mecanismos para avaliar continuamente o desempenho financeiro e operacional da entidade, possibilitando ajustes e melhorias contínuas;
- Assegurar que todas as atividades e decisões do CFE sejam respaldadas em Relatórios Gerenciais formalmente emitidos pela Fundação, e consequentemente sejam devidamente documentadas e arquivadas, criando um registro histórico que possa ser consultado futuramente.

Por fim, observadas as premissas expressas na Resolução CGPC nº 13/2004, o Conselho Fiscal da Eletros elaborou este Relatório de Controles Internos por onde manifesta os resultados pertinentes ao período de janeiro a dezembro de 2025, considerando as ações que foram debatidas e analisadas nas reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como o acompanhamento sobre as recomendações emanadas pelo Colegiado a respeito de eventuais deficiências, de modo a assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos.

2. Acompanhamento da Regularidade da Habilitação, Certificação e Qualificação para o Exercício de Cargos ou Funções na ELETROS

A habilitação, a certificação e a qualificação são disciplinadas pela Resolução CNPC nº 39, de 30 de abril de 2021, e pela Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023. De acordo com o artigo 8º, da CNPC nº 39, o Relatório de Controles Internos emitido pelo Conselho Fiscal deverá registrar a conformidade da Entidade em relação aos processos de habilitação, certificação e qualificação.

Cabe destacar que a certificação é atestada por meio de processo realizado por instituição certificadora autônoma reconhecida pela PREVIC. Já a habilitação é realizada pela PREVIC conforme Resolução PREVIC 23/2023, que define critério para segmentação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC); a Fundação Eletros está enquadrada no

segmento 2 (S2-Entidades com porte e complexidade intermediários, supervisionadas periodicamente, podendo ser permanente em caso de alto risco). A Resolução PREVIC nº 23 trouxe alteração importante ao determinar que, a partir de setembro de 2023, a Entidade deverá enviar à Previc, para fins de habilitação, a documentação comprobatória de atendimento aos requisitos exigidos para o exercício dos cargos definidos na legislação.

A qualificação é o processo continuado pelo qual o dirigente ou profissional envolvido na gestão dos planos de benefícios aprimoram seus conhecimentos e sua capacitação para o exercício de suas atribuições na entidade.

Outrossim, de acordo com o MEMO-SGO-003/26 de 29/05/2026 e respectivos anexos, da Secretaria de Governança - SGO, as habilitações, certificações e qualificações dos Conselheiros, Dirigentes e profissionais de investimentos encontram-se regulares em relação ao período de janeiro a dezembro de 2025 quanto às informações acompanhadas pela SGO e de acordo com a Resolução CNPC nº 39/2021 e Resolução PREVIC nº 23/2023, conforme se verifica(m) o(s) demonstrativo(s) constante(s) do material basilar.

Ainda, de acordo com o mesmo Memorando, os Certificados e os dados dos Conselheiros e Dirigentes foram encaminhados por meio do Sistema - SEI da Previc tempestivamente para inclusão no Cadastro Nacional de Dirigentes - CAND, que desde dezembro/2025 está em atualização com demais sistemas da Previc que serão acessados via GOV.br, mediante o recadastramento dos seus usuários via gestor cadastrador.

O MEMO-SGO-003/26 de 29/05/2026, destaca ainda que as habilitações de todos os Conselheiros e Dirigentes também estão regulares, de acordo com os ditames legais, sem as quais não seria possível a atuação como Conselheiros e Dirigentes.

Nesse diapasão, os novos Conselheiros que tomaram posse em 11/12/2024 que não eram certificados, foram certificados, conforme Art. 5º da RESOLUÇÃO CNPC Nº 39, DE 30 DE MARÇO DE 2021, a seguir transcrito para pronta referência:

"Art. 5º Será exigida certificação para o exercício dos seguintes cargos e funções:

I - membro da diretoria-executiva;

II - membro do conselho deliberativo e do conselho fiscal;

III - membro dos comitês de assessoramento que atuem na avaliação e aprovação de investimentos; e

IV - demais empregados da entidade diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos.

§1º As pessoas relacionadas nos incisos I, II e III do caput deste artigo terão prazo de um ano, a contar da data da posse, para obterem a certificação, exceto o administrador estatutário tecnicamente qualificado e as pessoas relacionadas no inciso IV do caput deste artigo, que deverão estar certificadas previamente ao exercício dos respectivos cargos." – grifo nosso.

A Resolução Previc 23/2023 começou a vigorar a partir de 01/09/2023; voltou a prever a possibilidade da certificação por experiência e assim que o ICSS elaborou a nova

JL
5923
JF
41329
GB
6009
WF
46059

MPHCT
5914

DCAAC
6224

documentação e a disponibilizou em seu *site*, a SGO enviou e-mails aos Conselheiros e Conselheiras que sinalizaram interesse na modalidade experiência, desde que possuísem toda a documentação, caso optassem por tal modalidade.

Esses e-mails informavam as certificações disponíveis, assim como os documentos/requisitos necessários, e a SGO solicitou aos Conselheiros e Conselheiras que indicassem por qual modalidade eles possuíam interesse, assim como os lembretes e orientações.

Conforme informado anteriormente, como resultado, os seguintes Conselheiros obtiveram suas certificações, conforme a seguir:

- O Conselheiro Fiscal Juvenor Pereira da Silva Júnior foi certificado na modalidade por experiência (ICSS - ênfase em Administração) no dia 19/08/2025, com validade até 19/08/2028.
- O Conselheiro Deliberativo suplente Alberto Sergio Kligerman foi certificado na modalidade por prova (ICSS - ênfase em Administração) no dia 19/11/2025, com validade até 19/11/2028.
- O Conselheiro André da Cruz Soares da Costa fez o processo de certificação por experiência do ICSS, mediante toda a documentação exigida recepcionada, em que demos entrada no dia 04/11/2025 junto ao ICSS, que foi a opção escolhida pelo Conselheiro, tendo em vista que, segundo o Regulamento do ICSS / normativos vigentes, ele preenchia todos os requisitos de tempo e experiência gerencial na área de atuação administrativa, lembrando que, pela regulamentação do ICSS, não é exigido que o novo Conselheiro possua experiência pretérita no segmento de previdência complementar. Contudo, após a entrevista, o ICSS informou que ele não conseguiu obter a certificação por experiência, mesmo com toda a experiência comprovada documentalmente.

Para não haver perda para a ELETROS, e conforme procedimento vigente previsto para esses casos, a modalidade por prova será arcada integralmente pelo Conselheiro.

Para mitigar esse risco futuramente, já que não foi a primeira vez que um Conselheiro não passou na entrevista, pelo julgamento único e exclusivo da banca examinadora, do qual não cabe recurso, não aconselharemos aos dirigentes optarem pelo processo por experiência se eles não tiverem experiência pretérita no segmento de previdência complementar.

Observe-se que o ICSS não informa nem ao candidato o motivo da negativa, mesmo solicitando que fosse informado direta e exclusivamente ao candidato devido à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

O Conselheiro André da Cruz Soares da Costa, tendo em vista o que prevê a Resolução Previc 23/2023 e alterações posteriores, a partir de 10/12/2025 até o final do exercício de 2025 não atuou, atuando o seu suplente nas reuniões, sem prejuízo da representatividade para quaisquer das partes.

- Quanto ao Conselheiro Deliberativo suplente Marcelo Ferreira, teve a sua documentação completa acolhida pela SGO que informou a entrada no processo de certificação por experiência no ICSS em 30/08/2024, mas o Conselheiro não conseguiu aprovação no processo de certificação em 2024, sendo que até o final do exercício de 2025 não informou sobre nova iniciativa para obter sua certificação.


JL
5923


JJ
41329


GB
6009


WF
46059


MPHCT
5914


DCAAC
6224

- A Conselheira Deliberativa suplente Káthia Pimentel não conseguiu se certificar até 31 de dezembro de 2024, porém deixou de ser participante da ELETROS, o que ocorreu em 31/08/2025, fato que enseja a perda de mandato, conforme previsto no Estatuto da Eletros, cujo trecho pertinente está transcrito abaixo:

"Art. 28 Os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal perderão o mandato nos casos previstos neste Estatuto, no Regimento Interno, na legislação e na hipótese de deixarem de ser participantes da ELETROS, excetuado neste último caso, o membro do Conselho Deliberativo que tenha sido indicado sem ser participante da ELETROS, nos termos do disposto no artigo 26, parágrafo 1o."

Cabe destacar que o Conselheiro Deliberativo Suplente Marcelo Ferreira não tem participado das reuniões do CDE, não atua e não poderá atuar até obter a certificação, conforme previsto na Resolução Previc 23/2023, em seu Art. 30, que trata da suspensão da habilitação.

O Conselho Deliberativo da Eletros foi comunicado sobre esta situação e foram adotados os procedimentos previstos na Resolução Previc 23/2023, trechos a seguir transcritos:

"Art. 30. Fica suspensa a habilitação do dirigente:

I - durante o cumprimento de penalidade administrativa de suspensão;
*ou II - **enquanto não apresentado o certificado exigido para o exercício do cargo ou função, na hipótese de não encaminhamento no prazo regulamentar, até o seu vencimento.***

§1º O disposto neste artigo independe de notificação específica da Diretoria de Licenciamento.

§2º É vedado ao dirigente exercer as atribuições do cargo ou função na EFPC durante a suspensão da habilitação.

Art. 31. Deve ser cancelada a habilitação do dirigente:

I - com o afastamento definitivo do cargo ou função;

II - em virtude de condenação judicial transitada em julgado ou em processo administrativo disciplinar que determina a perda do mandato;

III - em decorrência de penalidade de inabilitação confirmada pela Câmara de Recursos da Previdência Complementar; ou

IV - quando constatada falsidade de declaração ou de quaisquer outros documentos apresentados pelo requerente ou, ainda, a ocorrência de vício insanável a que deu causa no processo de habilitação.

§1º Na hipótese prevista no inciso IV do caput o cancelamento da habilitação depende de procedimento administrativo prévio e específico, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§2º É vedado ao dirigente exercer as atribuições do cargo ou função na EFPC após o cancelamento da habilitação.

Art. 32. O órgão estatutário competente da EFPC deve instaurar regular procedimento interno para apurar eventual descumprimento, pelos dirigentes, dos requisitos exigidos nesta Resolução para o exercício de cargo ou função." Grifos nossos.

Dos Conselheiros nomeados a partir de 11/12/2024, os seguintes Conselheiros já possuíam Certificações válidas:

JL 5923
JF 41329
GB 6009
WF 46059

MPHCT 5914

DCAAC 6224

CDE

- Luiz Carlos de Oliveira Costa – suplente;
- Rodrigo Dias Ramires – efetivo;
- William Manoel Souza – efetivo;
- Pablo Espíndola da Silva Borges – suplente;

CFE

- Gustavo Botrel Coutinho de Melo – efetivo;
- Marcio Kennedy de Almeida – suplente;
- Rosane Barboza da Silva – suplente;
- Wanderson Luiz Lopes Fortunato – efetivo (nomeado em 04/07/2025, assim que habilitado), considerando a renúncia de seu antecessor Rudolph Fabiano Alves Pedroza Teixeira, por motivos particulares, em 30/04/2025;

A Sra. Szieti Ferreira da Silva, nomeada em 28/03/2025, mediante seu Atestado de Habilitação emitido no dia 27/03/2025, era certificada pelo ICSS em 2023, mas como não houve renovação, ela precisaria ser certificada na modalidade de sua preferência, dentre aquelas válidas e oferecidas, até 27/03/2026. No entanto, em 29/07/2025, por motivos particulares, ela renunciou ao cargo.

Os respectivos Conselheiros efetivos/titulares do CDE participam normalmente das reuniões, assim como do CFE, ou seja, a representatividade não foi afetada.

Os Conselheiros que precisavam cumprir pontuação junto ao PEC do ICSS ou mesmo o que precisavam perfazer 40 horas em cursos na Plataforma Transformar por não ter experiência prévia como Conselheiro, de acordo com a Norma Eleitoral, conseguiram integralizar todas as pontuações e finalizar tais cursos.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC emitiu a Portaria PREVIC 1214/2025, de 23/12/2025, publicada em 24/12/2025, que trata das certificações para dirigentes de EFPC, por meio da qual, conforme o parágrafo único do Art. 1º, as certificações CPA 20 ficarão válidas até 31/12/2026, já que deverão ser substituídas pela nova certificação C-PRO R ao longo de 2026 (período de transição).

Nessa situação se enquadra o Presidente da ELETROS, Rudolph F. A. P Teixeira que permanece com a certificação válida, assim como os técnicos da ELETROS que possuem tal certificação e que estão nesse período de transição, cujo controle está sendo realizado pela ELETROS.

A seguir, encontram-se os Quadros de Habilitação e Certificações vigentes, que contêm os dados relativos aos membros dos Órgãos Estatutários que iniciaram seus mandatos nos dias 11/12/2024, 24/01/2025, 04/07/2025 e 12/11/2025, respectivamente.

QUADRO 2.1 – HABILITAÇÃO E CERTIFICAÇÃO – CONSELHO DELIBERATIVO

Controle de Habilitação e Certificação – EXERCÍCIO 2025								
ÓRGÃO: CONSELHO DELIBERATIVO								
MEMBRO DO CONSELHO	MANDATO		HABILITAÇÃO		CERTIFICAÇÃO			
	Início	Fim	Atestado /Início	FIM	NÚMERO	INÍCIO	FIM	TIPO
Aline Braz Miranda Sá – Conselheira Efetiva - Presidente	01/09/2023	31/08/2027	Número - Não Aplicável* - 01/09/2023	31/08/2027	EA11213	17/04/2024	17/04/2027	ICSS - Ênfase em Administração
Marcelo Santos Ferreira - Conselheiro Suplente	01/09/2023	31/08/2027	Número - Não Aplicável* - 01/09/2023	31/08/2027	(**) Em andamento – Habilitação suspensa	-	-	-
Álvaro Pintos Fonseca Neto - Conselheiro Efetivo	01/09/2023	31/08/2027	Número - Não Aplicável* - 01/09/2023	31/08/2027	PA0009416	24/11/2024	24/11/2027	ICSS - Ênfase em Administração
Paulo Roberto Nunes Mandarino – Conselheiro Suplente	01/09/2023	31/08/2027	Número - Não Aplicável* - 01/09/2023	31/08/2027	PA0011429	24/07/2024	24/07/2027	ICSS - Ênfase em Administração
Ailton Andrade – Conselheiro Efetivo	01/09/2023	31/08/2027	Número - Não Aplicável* - 01/09/2023	31/08/2027	EA08456	02/10/2023	02/10/2026	ICSS - Ênfase em Administração

 5923
 41329
 6009
 46059

 5914

 6224

Quadro 2.1 (continuação)

MEMBRO DO CONSELHO	MANDATO		HABILITAÇÃO		CERTIFICAÇÃO			
	Início	Fim	Atestado /Início	FIM	NÚMERO	INÍCIO	FIM	TIPO
André da Cruz Soares da Costa – Conselheiro Efetivo	11/12/2024**	30/11/2028	20.241.122	30/11/2028				
Luiz Carlos de Oliveira Costa - Conselheiro Suplente	27/12/2024	30/11/2028	20.241.153	30/11/2028	PA0009544	26/11/2024	26/11/2027	ICSS (Prova online) - modalidade Capacitação - Ênfase em Administração
William Manoel Souza – Conselheiro Efetivo	24/01/2025	30/11/2028	20.241.154	30/11/2028	EA03847	25/11/2024	25/11/2027	ICSS - (Prova online) - modalidade Capacitação - Ênfase em Administração
Pablo Espíndola da Silva Borges - Conselheiro Suplente	11/12/2024	30/11/2028	20.241.088	30/11/2028	CA10086	23/01/2026	23/01/2029	ICSS - Prova modalidade Capacitação) - Ênfase em Administração - renovação por cumprimento da pontuação
Rodrigo Dias Ramires - Conselheiro Efetivo	11/12/2024	30/11/2028	20.241.074	30/11/2028	Ca08343	20/08/2023	20/08/2026	ICSS (Prova modalidade Capacitação) - Ênfase em Administração
Alberto Sergio Kligerman – Conselheiro Suplente	11/12/2024**	30/11/2028	20.241.069	30/11/2028	PA0012103	19/11/2025	19/11/2028	ICSS (Prova modalidade Capacitação) - Ênfase em Administração

Fonte: MEMO-SGO-003/26 DE 29/05/2026

Obs 1:

* Até 01/09/2023 as habilitações dos membros dos Conselhos eram realizadas pela entidade, conforme legislação vigente.

Obs 2:

** Prazo para apresentar a certificação dos novos Conselheiros não certificados: até 1 ano contado da data de nomeação.

 JL 5923
 41329
 GB 6009
 WF 46059

 MPHCT 5914

 DCAAC 6224

QUADRO 2.2 – HABILITAÇÃO E CERTIFICAÇÃO – CONSELHO FISCAL

Controle de Habilitação e Certificação – EXERCÍCIO 2025								
ÓRGÃO: CONSELHO FISCAL								
MEMBRO DO CONSELHO	MANDATO		HABILITAÇÃO		CERTIFICAÇÃO			
	Início	Fim	Atestado /Início	FIM	NÚMERO	INÍCIO	FIM	TIPO
José Luiz Grunewald Miglievich Leduc – Conselheiro Efetivo - Presidente	01/09/2023	31/08/2027	Número - Não Aplicável* - 01/09/2023	31/08/2027	CA07891	26/09/2025	26/09/2028	ICSS - Ênfase em Administração
Paula Barbosa – Conselheira Suplente	01/09/2023	31/08/2027	Número - Não Aplicável* - 01/09/2023	31/08/2027	CPA 20	05/07/2024	05/07/2027	CPA-20 ANBIMA
					Controle J4F4-R3F3-L1Z2			
Wanderson Luiz Lopes Fortunato - Conselheiro Efetivo	04/07/2025	31/08/2027	2.025.435	31/08/2027	Ca09223	18/08/2024	18/08/2027	ICSS - Ênfase em Administração
Juvenor Pereira da Silva Júnior – Conselheiro Efetivo	11/12/2024	30/11/2028	20.241.089	30/11/2028	EA12012	19/08/2025	19/08/2028	ICSS - Ênfase em Administração
Rosane Barboza da Silva - Conselheira Suplente	11/12/2024	30/11/2028	20.241.057	30/11/2028	EA03766	10/04/2024	10/04/2027	ICSS - Ênfase em Administração
Gustavo Botrel Coutinho de Melo - Conselheiro Efetivo	11/12/2024	30/11/2028	20.241.093	30/11/2024	EA04166	28/02/2024	28/02/2027	ICSS - Ênfase em Administração
Marcio Kennedy de Almeida - Conselheiro Suplente	24/01/2025	30/11/2028	20.241.094	30/11/2024	PA0009418	15/06/2024	15/06/2027	ICSS (Prova) - Ênfase em Administração

Fonte: MEMO-SGO-003/2026 de 29/05/2026

Obs 1:

* Até 01/09/2023 as habilitações dos membros dos Conselhos eram realizadas pela entidade, conforme legislação vigente.

Obs 2:

** Prazo para apresentar a certificação dos novos Conselheiros não certificados: até 1 ano contado da data de nomeação.

 5923
 41329
 6009
 46059

QUADRO 2.3 – HABILITAÇÃO E CERTIFICAÇÃO – DIRETORIA EXECUTIVA

Controle de Habilitação e Certificação – Posição em ABRIL/2026 - REF. RELATÓRIO DO EXERCÍCIO 2025								
ÓRGÃO: DIRETORIA EXECUTIVA								
MEMBRO DA DIRETORIA	MANDATO		HABILITAÇÃO PREVIC		CERTIFICAÇÃO			
	Início	Fim	Atestado /Início	FIM	NÚMERO	INÍCIO	FIM	TIPO
Rudolph Fabiano Alves Pedroza Teixeira - Presidente	12/11/2025	11/11/2028	Nº: 2025.859	11/11/2028	-	20/01/2023	20/01/2026 - - prorrogada até 31/12/2026 pela Portaria Previc 1214/2025	ANBIMA - CPA 20
Carlos Eduardo Brasil Pereira - Diretor de Benefícios Previdenciários	03/05/2023	02/05/2026	Nº: 2023.261	02/05/2023	EA05501	30/11/2025	30/11/2028	ICSS - Ênfase em Administração
Luiz Guilherme de França Nobre Pinto - Diretor Financeiro	01/09/2023	31/08/2026	Nº: 2023.337	18/12/2025	PI00617	18/12/2025	18/12/2028	ICSS - Ênfase em Investimentos

Fonte: MEMO-SGO-003/2026 de 29/05/2026

De acordo com a Resolução CNPC 39, Art. 5º, será exigida a certificação para:

II - Membros dos comitês de assessoramento que atuem na avaliação e aprovação de investimentos; e...

IV - Demais empregados da entidade diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos.

Segue abaixo o quadro das Certificações dos Profissionais/Membros de Comitês:

 5923
 41329
 6009
 46059

 5914

 6224

QUADRO 2.4 – CERTIFICAÇÃO DE PROFISSIONAIS/MEMBROS DE COMITÊS

NOME	FUNÇÃO	ÓRGÃO CERTIFICADOR	DATA DA CERTIFICAÇÃO	VALIDADE CERTIFICAÇÃO	DATA LIMITE PEC
Bruno Sardinha Lopes	Gerente	MIBA	03/02/2022	03/02/2025	03/12/2024
		ICSS - Administração	16/04/2024	16/04/2027	16/04/2025
Joana Machado Souza Silva	Atuária/membro CI	CPA-20	06/12/2024	06/12/2027	-
		ANBIMA			
Gabriel Pereira Neto	Analista de investimento	CEA AMBIMA	14/09/2023	14/09/2026	-
Felipe Correa Teixeira	Analista de investimento	CPA-20 AMBIMA	30/10/2023	30/10/2026	-
Marcelo Gouveia	Especialista	CNPI/APIMEC	04/10/2022	04/10/2027	-
Max Leandro Ferreira Tavares	Gerente	ICSS com Ênfase em Investimentos/CVM	01/01/2026	01/01/2029	31/12/2025
Carlos José do Carmo	Especialista	CPA-20 AMBIMA	19/04/2024	19/04/2027	-

Fonte: MEMO-SGO-003/2026 de 29/05/2026

O quadro seguinte traz as informações das qualificações por meio do Programa de Educação Continuada

QUADRO 2.5 – QUALIFICAÇÕES POR MEIO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA ACOMPANHAMENTO DAS CERTIFICAÇÕES ELETROS

NOME	FUNÇÃO	ÓRGÃO CERTIFICADOR	DATA DA CERTIFICAÇÃO	VALIDADE CERTIFICAÇÃO	DATA LIMITE PEC	PEC 1º ANO	PEC 2º ANO	PEC 3º ANO	TOTAL DE CRÉDITOS	PONTOS RESTANTES	MANDATO INÍCIO	MANDATO FIM	DECLARAÇÃO DE EXERCÍCIO DE FUNÇÃO	NOVA REGRA PEC
DIRETORIA DA ELETROS														
Rudolph Fabiano Alves Pedroza Teixeira	Presidente	CPA-20 AMBIMA	20/01/23	20/01/26	19/01/26						12/11/25	11/11/28	jan/27	A partir de 01/2026, no vencimento anual da certificação, deverá entrar no sistema Ambima Edu, e fazer as microcertificações, após finalizada, será renovada anualmente.
Carlos Eduardo Brasil Pereira	Diretor de Benefícios Previdenciários	ICSS	30/11/25	30/11/28	29/11/26	0	0	0	0	-72	03/05/23	02/05/26	nov/26	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos. Treinamento mínimo de 2 horas totalizando 1 ponto a cada 2 horas completas.
Luiz Guilherme F. N. Pinto	Diretor Financeiro	ICSS	18/12/22	18/12/25	18/12/25	42	43	27	112	40	01/09/23	31/08/26	dez/25	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos. Treinamento mínimo de 2 horas totalizando 1 ponto a cada 2 horas completas.

 5923
 MPHCT
 5914
 DCAAC
 6224
 41329
 GB
 6009
 WF
 46059

Quadro 2.5 (Continuação)

CONSELHO DELIBERATIVO														
NOME	FUNÇÃO	ÓRGÃO CERTIFICADOR	DATA DA CERTIFICAÇÃO	VALIDADE CERTIFICAÇÃO	DATA LIMITE PEC	PEC 1º ANO	PEC 2º ANO	PEC 3º ANO	TOTAL DE CRÉDITOS	PONTOS RESTANTES	MANDATO INÍCIO	MANDATO FIM	DECLARAÇÃO DE EXERCÍCIO DE FUNÇÃO	NOVA REGRA PEC
Aline Braz Miranda Sá	Presidente Conselho Deliberativo Efetivo	ICSS	17/04/24	17/04/27	16/04/26	44	0	0	44	-28	01/09/23	31/08/27	16/04/2026	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos
Alberto Sérgio Kligerman	Conselheiro Deliberativo Suplente	ICSS(Prova)	-	-	10/12/25						11/12/24	30/11/28		Prova agendada para dia 19/11.
Álvaro Pintos Fonseca Neto	Conselheiro Deliberativo Efetivo	ICSS (Prova)	24/11/24	24/11/27	23/11/26	56	0	0	56	-24	01/09/23	31/08/27	23/11/2026	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos. Treinamento mínimo de 2 horas totalizando 1 ponto a cada 2 horas completas.
André da Cruz Soares da Costa	Conselheiro Deliberativo Efetivo	NÃO POSSUI	-	-	10/12/25						11/12/24	30/11/28		Processo aberto em 04/11(aguardar 30 dias retorno da banca examinadora)
Ailton Andrade	Conselheiro Deliberativo Efetivo	ICSS	02/10/23	02/10/26	01/10/26	29	48	0	77	5	01/09/23	31/08/27	01/10/2026	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos. Treinamento mínimo de 2 horas totalizando 1 ponto a cada 2 horas completas.
Luiz Carlos de Oliveira Costa	Conselheiro Deliberativo Suplente	ICSS (Prova)	26/11/24	26/11/27	25/11/26	50	0	0	50	-24	27/12/24	30/11/28	25/11/2026	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos. Treinamento mínimo de 2 horas totalizando 1 ponto a cada 2 horas completas.
Marcelo Santos Ferreira	Conselheiro Deliberativo Suplente	NÃO POSSUI(habilitação suspensa)	-	-	30/08/24	0	0	0	0	0	01/09/23	31/08/27	-	-
Paulo Roberto Mandarino	Conselheiro Deliberativo Suplente	ICSS (Prova)	24/07/25	25/07/27	23/07/26	24	0	0	24	-48	01/09/23	31/08/27	23/07/2026	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos. Irá precisar realizar um treinamento que some 16 pontos.
Pablo Espindola da Silva Borges	Conselheiro Deliberativo Suplente	ICSS	23/01/23	23/01/26	22/01/2026	9	8	68	85	13	11/12/24	30/11/28	22/01/2026	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos. Treinamento mínimo de 2 horas totalizando 1 ponto a cada 2 horas completas.
Rodrigo Dias Ramires	Conselheiro Deliberativo Efetivo	ICSS	21/08/23	20/08/26	20/08/26	105	34	18	157	10	11/12/24	30/11/28	20/08/2026	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos. Treinamento mínimo de 2 horas totalizando 1 ponto a cada 2 horas completas.
William Manoel Souza	Conselheiro Deliberativo Efetivo	ICSS (Prova)	25/11/24	25/11/27	24/11/26	34	0	0	34	-38	24/01/25	30/11/28	24/11/2026	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos. Treinamento mínimo de 2 horas totalizando 1 ponto a cada 2 horas completas.

CONSELHO FISCAL														
NOME	FUNÇÃO	ÓRGÃO CERTIFICADOR	DATA DA CERTIFICAÇÃO	VALIDADE CERTIFICAÇÃO	DATA LIMITE PEC	PEC 1º ANO	PEC 2º ANO	PEC 3º ANO	TOTAL DE CRÉDITOS	PONTOS RESTANTES	MANDATO INÍCIO	MANDATO FIM	DECLARAÇÃO DE EXERCÍCIO DE FUNÇÃO	NOVA REGRA PEC
Gustavo Botrel Coutinho de Melo	Conselheiro Fiscal Efetivo	ICSS	28/02/24	28/02/27	27/02/26	56	0	0	56	-16	11/12/24	30/11/28	27/02/2026	PEC 2º ano: Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
José Luiz Grunewald Miglievich Leduc	Presidente (a partir 01/12/2024) Conselheiro Fiscal Efetivo	ICSS (Capacitação)	26/09/25	26/09/28	25/09/26	0	0	0	0	-72	01/09/23	31/08/27	25/09/2026	PEC 1º ano: Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Juvenor Pereira da Silva Junior	Conselheiro Fiscal Efetivo	ICSS	19/08/25	19/08/28	10/08/26	0	0	0	0	-72	11/12/24	30/11/28	10/08/2026	PEC 1º ano: Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Márcio Kennedy de Almeida	Conselheiro Fiscal Suplente	ICSS	15/06/24	15/06/27	14/06/26	79	0	0	79	7	24/01/25	30/11/28	14/06/2026	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos. Treinamento mínimo de 2 horas totalizando 1 ponto a cada 2 horas completas.
Paula Isabel da Costa Barbosa	Conselheira Fiscal Suplente	CPA-20 AMBIMA	05/07/24	05/07/27	05/07/26	-	-	-	-	-	01/09/23	31/08/27	25/07/2026	A partir de 01/2026, no vencimento anual da certificação, deverá entrar no sistema Anbima Edu, e fazer as microcertificações, após finalizada, será renovada anualmente.
Rosane Barboza da Silva	Conselheira Fiscal Suplente	ICSS	10/04/23	10/04/27	09/04/26	31	36	0	67	-5	11/12/24	30/11/28	01/04/2026	-
Wanderson Luiz Lopes Fortunato	Conselheiro Fiscal Efetivo	ICSS	18/08/24	18/08/27	15/08/26	0	0	0	0	-72	04/07/25	31/08/27	15/08/2026	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos. Treinamento mínimo de 2 horas totalizando 1 ponto a cada 2 horas completas.

Quadro 2.5 (Continuação)

ELETROS													
NOME	FUNÇÃO	ÓRGÃO CERTIFICADOR	DATA DA CERTIFICAÇÃO	VALIDADE CERTIFICAÇÃO	DATA LIMITE PEC	PEC 1º ANO	PEC 2º ANO	PEC 3º ANO	TOTAL DE CRÉDITOS	PONTOS RESTANTES	MANDATO INÍCIO	MANDATO FIM	DECLARAÇÃO DE EXERCÍCIO DE FUNÇÃO
Adriana Riva Metabarba	Gerente e Comitê de investimentos	ICSS / CPC-A LEC	29/08/24	28/08/27	28/08/2026	34	0	0	34	-38	-	-	29/08/2026
Bruno Sardinha Lopes	Gerente e Comitê de investimentos	ICSS	16/04/24	17/04/27	15/04/26	35	0	0	35	-37	-	-	15/04/2026
Bruno Sardinha Lopes	Gerente e Comitê de investimentos	MIBA	26/06/25	26/06/28	26/06/28		100		0	0			26/06/2028
Carlos José do Carmo	Especialista e do Comitê de investimentos	CPA-20 AMBIMA	19/04/24	19/04/27	19/04/26	-	-	-	-	-	-	-	19/04/2026
Gabriel Pereira Neto	Analista de investimento	CEA AMBIMA	14/09/23	14/09/26	14/09/26	-	-	-	-	-	-	-	14/09/2026
Felipe Correa Teixeira	Analista de investimento	CPA-20 AMBIMA	30/10/23	30/10/26	30/10/26	-	-	-	-	-	-	-	30/10/2026
Joana Machado Souza Silva	Atuária/Comitê de investimentos	CPA-20 AMBIMA	06/12/24	06/12/27	06/12/26	-	-	-	-	-	-	-	06/12/2026
Marcelo Gouveia	Especialista de investimento	CNPI-P 5389/ APIMEC	04/10/22	04/10/27	-	137			137	-23	-	-	outubro/2027
Max Leandro Ferreira Tavares	Gerente	ICSS/CVM	01/01/23	01/01/26	31/12/25	44	38	35	117	45	-	-	31/12/2025
Atualizado em 24/11/2025													

Fonte: MEMO-SGO-003/2026 de 29/05/2026

3. Aderência e Enquadramento na Execução da Política de Investimento.

Em 19/12/2022, o Conselho Deliberativo da ELETROS na 501ª reunião aprovou a Política de Investimento dos Planos de Benefícios administrados pela Eletros para o período de 2023-2027, exceto a Política de Investimentos do Plano CD Eletros Multi, que foi aprovada na 509ª reunião do colegiado, em 26/04/2023, e a Política de Investimento do Plano PrevServ para o período 2024-2028, que foi aprovada na 544ª reunião do Conselho Deliberativo.

Em 28/03/2025, o Conselho Deliberativo da ELETROS, na 568ª reunião, aprovou a atualização das Políticas de Investimentos para o exercício de 2025 dos Planos de Benefícios administrados pela Eletros e do Plano de Gestão Administrativa (PGA) da Eletros.

As Políticas de Investimento dos Planos têm como objetivo estabelecer diretrizes e medidas a serem observadas por todas as pessoas, internas ou externas à Entidade, bem como dar transparência às patrocinadoras, participantes e assistidos em relação aos principais aspectos relacionados à gestão dos investimentos e os riscos envolvidos.

Compete ao Conselho Fiscal, entre outras responsabilidades, verificar se a gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios esta aderente a política de investimentos e normas em vigor. Neste sentido, o CFE, por meio da análise das Atas da Diretoria e seus anexos; das Atas dos Comitês de Investimentos (CEI e CGC) e Relatórios de Riscos de

Investimentos, verificou que a gestão dos recursos vem sendo executada em conformidade com a Política de Investimentos, com acompanhamento da Diretoria Executiva.

No que diz respeito à aderência da alocação dos ativos à Política de Investimentos (PI) referente ao ano de 2025, considerando as informações disponibilizadas para o CFE no "Relatório de Aderência e Enquadramento na Execução da Política de Investimentos", verifica-se que a ELETROS vem mantendo a gestão dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios por ela administrados em observância as diretrizes da Política de Investimento vigente, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Segmentos	Plano BD		Plano CD Puro		Plano CD Saldado		Plano CD I		Plano PGA	
	PI	dez-25	PI	dez-25	PI	dez-25	PI	dez-25	PI	dez-25
Renda Fixa	24,00% a 97,00%	74,42%	26,00% a 94,00%	79,86%	24,00% a 99,00%	74,45%	24,00% a 94,00%	75,17%	0,00% a 100,00%	100,00%
Renda Variável	0,00% a 35,00%	10,43%	5,00% a 40,00%	11,76%	0,00% a 40,00%	13,24%	5,00% a 35,00%	9,87%	---	---
Imóveis	0,00% a 13,00%	10,82%	0,00% a 6,00%	2,74%	0,00% a 8,00%	5,69%	0,00% a 13,00%	7,55%	---	---
Empréstimos	3,00% a 8,00%	2,96%	1,00% a 8,00%	0,92%	1,00% a 8,00%	1,54%	1,00% a 8,00%	2,40%	---	---
Estruturados	0,00% a 10,00%	1,37%	0,00% a 10,00%	4,72%	0,00% a 10,00%	5,08%	0,00% a 10,00%	5,01%	---	---
Exterior	0,00% a 10,00%	0,00%	0,00% a 10,00%	0,00%	0,00% a 10,00%	0,00%	0,00% a 10,00%	0,00%	---	---

Segmentos	Plano CV ONS		Plano EPE		CD MULTI		CD PREV SERV	
	PI	dez-25	PI	dez-25	PI	dez-25	PI	dez-25
Renda Fixa	27,00% a 94,00%	81,43%	27,00% a 90,00%	81,64%	0,00% a 100,00%	100,00%	0,00% a 100,00%	100,00%
Renda Variável	5,00% a 40,00%	13,39%	5,00% a 40,00%	12,99%	---	---	---	---
Imóveis	---	---	---	---	---	---	---	---
Empréstimos	1,00% a 8,00%	1,07%	0,00% a 8,00%	1,43%	---	---	---	---
Estruturados	0,00% a 10,00%	4,11%	0,00% a 10,00%	3,94%	---	---	---	---
Exterior	0,00% a 10,00%	0,00%	0,00% a 10,00%	0,00%	---	---	---	---

Fonte: Relatório de Aderência e Enquadramento na Execução da Política de Investimento Base – Dezembro -2025.

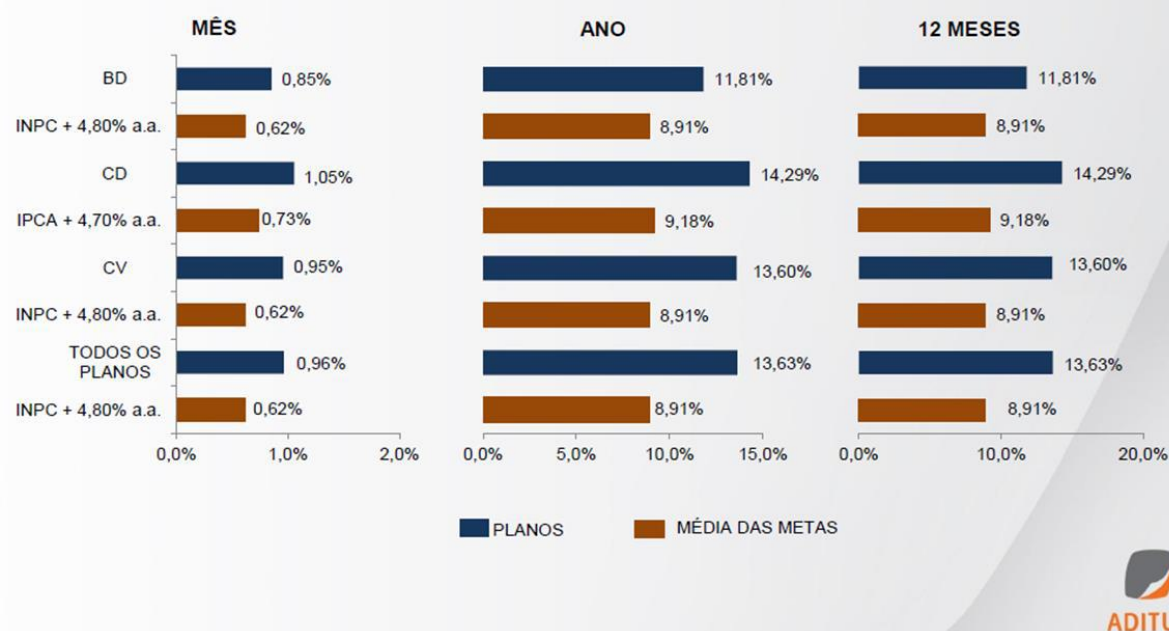
Diante dos resultados apresentados, verifica-se que os limites mínimo e máximo estabelecidos na Política de Investimentos foram observados, para todas as classes de ativos e em todos os planos, no mês de dezembro de 2025. Exceção pelo Plano BD, que apresenta um desenquadramento passivo no limite mínimo ocasionado pela redução da alocação do segmento de empréstimos em relação ao montante dos Recursos Garantidores.

4. Resultado dos Planos

Para a melhor compreensão do desempenho dos Planos são apresentadas as tabelas disponibilizadas pela Aditus, empresa contratada pela Administração para atuar no apoio ao processo de gestão de desempenho de investimentos, onde pode-se verificar os resultados da mediana de mercado para os Planos dos tipos BD, CD e CV, das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) brasileiras, versus a média das metas atuariais desses mesmos Planos.

RESULTADOS DOS CONSOLIDADOS DOS PLANOS

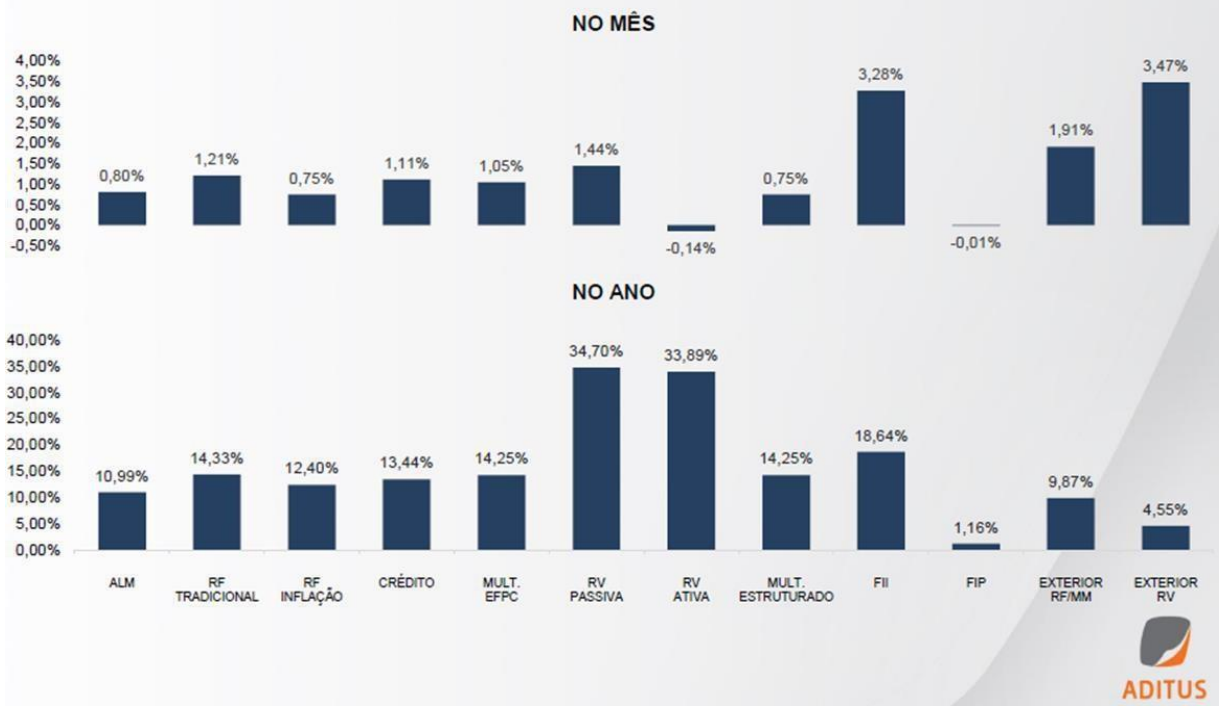
MEDIANA DAS RENTABILIDADES – DEZEMBRO 2025



A seguir são demonstrados os resultados por tipo de investimento no mês de dezembro de 2025 e no acumulado do ano.

RESULTADOS POR TIPOS DE INVESTIMENTOS

DEZEMBRO - 2025



Já a tabela seguinte revela o desempenho acumulado no ano de 2025 pelos Planos de previdência administrados pela ELETROS, por segmento (classe de ativo) e o resultado consolidado.

	BD Eletrobrás	CD Eletrobrás*	CD I	CV ONS	CV EPE	PGA	CD MULTI	CD PREV SERV
Segmentos	Nominal	Nominal	Nominal	Nominal	Nominal	Nominal	Nominal	Nominal
Consolidado	11,85%	15,99%	14,01%	17,12%	16,93%	12,66%	14,56%	14,19%
Renda Fixa	10,54%	14,06%	12,26%	14,55%	14,37%	12,66%	14,56%	14,19%
Renda Variável	36,03%	36,73%	36,78%	36,74%	36,68%	0,00%	0,00%	0,00%
Investimentos Imobiliários	6,70%	6,70%	6,70%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Operações com Participantes	10,06%	15,98%	12,36%	11,81%	14,02%	0,00%	0,00%	0,00%
Investimentos Estruturados	3,91%	11,71%	10,50%	11,71%	11,71%	0,00%	0,00%	0,00%
Investimentos no Exterior	3,15%	3,93%	4,05%	4,05%	4,05%	0,00%	0,00%	0,00%

* Composto pelo CD Puro e CD Saldado.

Fonte: Relatório de Aderência e Enquadramento na Execução da Política de Investimento Base – Dezembro -2025.

• Rentabilidade dos Investimentos

De acordo com o que consta no Relatório de Aderência e Enquadramento na Execução da Política de Investimento Base – Dezembro -2025, o ano de 2025 foi bastante positivo para os investimentos da ELETROS, refletindo um cenário econômico favorável aliado a decisões estratégicas eficientes. Todos os planos apresentaram rentabilidade superior às projeções iniciais, e às respectivas metas atuariais ou índices de referência.

Destaca-se o desempenho dos perfis mais agressivos, impulsionado pelo expressivo resultado da renda variável, que apresentou rentabilidade superior a 36%, contribuindo de forma relevante para o resultado consolidado dos planos.

Esse desempenho foi impulsionado, fortemente pela redução das taxas de juros dos títulos públicos e pela valorização do mercado acionário brasileiro ao longo do período.

A seguir é demonstrada de forma resumida a comparação do resultado dos investimentos dos Planos com suas respectivas previsões de rentabilidade e metas atuariais.

Planos	Prevista *	Realizada	Meta atuarial ou índice de referência
BD Eletrobras **	10,21	11,85	9,92
CD Eletrobrás Puro **	10,21	16,30	9,92
CD Eletrobrás BPDS **	10,21	14,20	9,92
CV ONS **	10,21	17,12	9,92
EPE **	9,46	16,93	9,18
Eletrobras CD I	9,46	14,01	9,18
CD Eletros Multi ***	9,46	14,56	9,56
CD PrevServ Brasil ***	9,46	14,19	9,56
PGA **	11,25	12,66	14,32

*Utilizando o INPC/IPCA estimado em 4,77%

** Utilizando o INPC realizado em 3,90%

*** Utilizando o IPCA realizado em 4,26%

Fonte: Relatório de Aderência e Enquadramento na Execução da Política de Investimento Base – Dezembro -2025.

Os resultados médios apresentados na tabela acima representam os valores percentuais, revistos e realizados, para o conjunto de ativos de investimentos de cada Plano de benefício e, nas tabelas a seguir, são apresentados os resultados em valores absolutos obtidos e os respectivos esclarecimentos para cada Plano de benefício.

Ressalta-se que a variação do INPC em 2025 foi significativamente inferior à prevista na Política de Investimentos, contribuindo positivamente para o desempenho real dos planos.

As rentabilidades nominal e real para os segmentos dos Planos que possuem perfil de investimento, isto é, CD Eletrobras, CD I, CV ONS e CV EPE são apresentadas a seguir:

CD ELETROBRÁS												
	* SUPER CONSERVADOR CP		SUPER CONSERVADOR LP		CONSERVADOR		ELETROS		MODERADO		AGRESSIVO	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	6,86%	5,78%	14,06%	9,78%	14,06%	9,78%	14,06%	9,78%	14,06%	9,78%	14,06%	9,78%
Renda Variável	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	36,73%	31,60%	36,73%	31,60%	36,73%	31,60%	36,73%	31,60%
Imóveis	4,95%	3,89%	6,70%	2,70%	6,70%	2,70%	6,70%	2,70%	6,70%	2,70%	6,70%	2,70%
Inv. Estruturados	0,00%	0,00%	11,71%	7,52%	11,71%	7,52%	11,71%	7,52%	11,71%	7,52%	11,71%	7,52%
Inv. Exterior	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,93%	0,03%	3,93%	0,03%	3,93%	0,03%	3,93%	0,03%
Empréstimo	7,85%	6,76%	15,98%	11,63%	15,98%	11,63%	15,98%	11,63%	15,98%	11,63%	15,98%	11,63%
Total do Plano	8,24%	7,14%	13,90%	9,62%	16,89%	12,50%	16,54%	12,16%	20,17%	15,66%	23,45%	18,81%

CD I												
	* SUPER CONSERVADOR CP		SUPER CONSERVADOR LP		CONSERVADOR		ELETROS		MODERADO		AGRESSIVO	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	6,10%	5,02%	12,26%	8,05%	12,26%	8,05%	12,26%	8,05%	12,26%	8,05%	12,26%	8,05%
Renda Variável	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	36,78%	31,65%	36,78%	31,65%	36,78%	31,65%	36,78%	31,65%
Imóveis	4,95%	3,89%	6,70%	2,70%	6,70%	2,70%	6,70%	2,70%	6,70%	2,70%	6,70%	2,70%
Inv. Estruturados	0,00%	0,00%	10,50%	6,35%	10,50%	6,35%	10,50%	6,35%	10,50%	6,35%	10,50%	6,35%
Inv. Exterior	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	4,05%	0,14%	4,05%	0,14%	4,05%	0,14%	4,05%	0,14%
Empréstimo	5,73%	4,66%	12,36%	8,15%	12,36%	8,15%	12,36%	8,15%	12,36%	8,15%	12,36%	8,15%
Total do Plano	9,19%	8,08%	14,18%	9,89%	17,11%	12,71%	16,69%	12,31%	20,31%	15,79%	23,55%	18,92%

CV O.N.S												
	* SUPER CONSERVADOR CP		SUPER CONSERVADOR LP		CONSERVADOR		ELETROS		MODERADO		AGRESSIVO	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	7,42%	6,33%	14,55%	10,25%	14,55%	10,25%	14,55%	10,25%	14,55%	10,25%	14,55%	10,25%
Renda Variável	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	36,74%	31,61%	36,74%	31,61%	36,74%	31,61%	36,74%	31,61%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-3,75%	0,00%	-3,75%	0,00%	-3,75%	0,00%	-3,75%
Inv. Estruturados	0,00%	0,00%	11,71%	7,52%	11,71%	7,52%	11,71%	7,52%	11,71%	7,52%	11,71%	7,52%
Inv. Exterior	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	4,05%	0,14%	4,05%	0,14%	4,05%	0,14%	4,05%	0,14%
Empréstimo	5,88%	4,80%	11,81%	7,61%	11,81%	7,61%	11,81%	7,61%	11,81%	7,61%	11,81%	7,61%
Total do Plano	9,11%	8,01%	14,21%	9,93%	17,12%	12,73%	16,72%	12,34%	20,27%	15,76%	23,53%	18,90%

CV EPE												
	* SUPER CONSERVADOR CP		SUPER CONSERVADOR LP		CONSERVADOR		ELETROS		MODERADO		AGRESSIVO	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	7,49%	6,40%	14,37%	10,07%	14,37%	10,07%	14,37%	10,07%	14,37%	10,07%	14,37%	10,07%
Renda Variável	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	36,68%	31,55%	36,68%	31,55%	36,68%	31,55%	36,68%	31,55%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-3,75%	0,00%	-3,75%	0,00%	-3,75%	0,00%	-1,01%
Inv. Estruturados	0,00%	0,00%	11,71%	7,52%	11,71%	7,52%	11,71%	7,52%	11,71%	7,52%	11,71%	10,58%
Inv. Exterior	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	4,05%	0,14%	4,05%	0,14%	4,05%	0,14%	4,05%	2,99%
Empréstimo	6,29%	5,21%	14,02%	9,74%	14,02%	9,74%	14,02%	9,74%	14,02%	9,74%	14,02%	12,86%
Total do Plano	8,77%	7,67%	11,14%	6,97%	14,71%	10,40%	14,17%	9,89%	18,22%	13,79%	21,91%	20,67%

* Estes Perfis de Investimento iniciaram em 31/05/2025.

Fonte: Relatório de Aderência e Enquadramento na Execução da Política de Investimento Base – Dezembro -2025.

A. Plano BD ELETROBRÁS – Recursos garantidores de R\$ 1,50 bilhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado no ano de 2025 foi negativa em R\$ 8,63 milhões e pode ser assim resumida:

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Negativo em R\$ 15,67 milhões
Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados	Positivo em R\$ 9,60 milhões
Imóveis	Positivo em R\$ 3,69 milhões
Fundos Investimentos Multimercados	Negativo em R\$ 0,16 milhão
Empréstimo	Negativo em R\$ 4,75 milhões
Fundo Investimento Participações	Negativo em R\$ 2,58 milhões
Outros	Positivo em R\$ 1,24 milhões
Total do plano BD ELETROBRÁS	Negativo em R\$ 8,63 milhões

- **Principais variações**

Ações e Fundos de Investimento em Ações¹: A diferença ocorreu por conta da redução do percentual de alocação no segmento para o plano BD, conforme o apontamento do ALM do plano. Dessa forma, mesmo com um resultado de variação superior a expectativa do IBrX para o ano de 2025, o resultado foi abaixo do previsto devido a redução da alocação no segmento.

❖ **Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados:** A variação positiva no segmento de Renda Fixa do Plano BD se deve aos títulos públicos atrelados à inflação que tiveram uma redução das taxas ao longo do período e, por serem em parte marcados a mercado, resultou em uma performance melhor do que a expectativa de retorno.

❖ **Imóveis²:** A variação positiva da rentabilidade para o ano de 2025 deve-se essencialmente ao recebimento de indenização pela rescisão antecipada do Contrato de Locação do edifício Mário Bhering, conforme termo de encerramento contratual.

❖ **Fundo Multimercados Estruturados:** A variação negativa se deve pela performance dos fundos multimercados estruturados da Eletros que tiveram um retorno abaixo do esperado pelo seu *benchmark*.

❖ **Empréstimo:** A rentabilidade observada no ano de 2025 ficou abaixo da expectativa de retorno, de acordo com uma inflação abaixo das projeções de mercado.

❖ **Fundo Investimento Participações:** A variação negativa no ano de 2025, reflete a desvalorização de ativos listados na B3; alguns gastos com despesas; reavaliação de alguns ativos e de forma mais relevante a amortização no fundo (distribuição de recursos aos cotistas), assim, o PL reduz visto que os cotistas recebem recursos impactando negativamente a cota dado a especificidade deste Fundo (efeito contábil).

Fonte: MEMO DF/DFI 001/26, de 27/03/2026.

B. CD ELETROBRÁS SALDADO (BPDS) – Recursos garantidores de R\$ 298,95 milhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado no ano de 2025 foi positiva em R\$ 1,07 milhões e pode ser assim resumida:

¹ A carteira total de ações é representada pela combinação de duas estratégias, uma carteira de ações mais aderente ao IBrX (FIA Eletros Itaúna), com menor risco, e outra, composta por Fundos de Investimentos em Ações, que possuem um limite de risco mais elevado. A carteira total de ações é a mesma para todos os planos.

² Apenas os planos BD ELETROBRAS, CD ELETROBRÁS PURO, CD I e BPDS participam da carteira total de Imóveis.

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Negativo em R\$ 1,58 milhão
Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados	Positivo em R\$ 4,18 milhões
Multimercados Estruturados	Negativo em R\$ 1,34 milhão
Imóveis	Positivo em R\$ 0,39 milhão
Empréstimo	Negativo em R\$ 0,39 milhão
Outras	Negativo em R\$ 0,19 milhão
Total do CD ELETROBRÁS SALDADO (BPDS)	Positivo em R\$ 1,07 milhão

• **Principais variações**

❖ **Ações e Fundos de Investimento em Ações³:** A diferença ocorreu por conta da redução do percentual de alocação no segmento para o plano BPDS, conforme o apontamento do ALM do plano. Dessa forma, mesmo com um resultado de variação superior a expectativa do IBrX para o ano de 2025, o resultado foi abaixo do previsto devido a redução da alocação no segmento.

❖ **Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados:** A variação negativa no segmento de Renda Fixa do Plano BPDS se deve aos títulos públicos atrelados à inflação que tiveram uma redução das taxas ao longo do período e, por serem em parte marcados a mercado, resultou em uma performance melhor do que a expectativa de retorno.

❖ **Fundo Multimercados Estruturados:** variação negativa se deve pela performance dos fundos multimercados estruturados da Eletros que tiveram um retorno abaixo do esperado pelo seu *benchmark*.

❖ **Imóveis⁴:** variação positiva da rentabilidade para o ano de 2025 deve-se essencialmente ao recebimento de indenização pela rescisão antecipada do Contrato de Locação do edifício Mário Bhering, conforme termo de encerramento contratual.

❖ **Empréstimo:** A rentabilidade observada no ano de 2025 ficou abaixo da expectativa de retorno para o período, em razão dos ajustes relacionados à PCLD, assim como o comportamento da inflação, que se manteve abaixo das projeções do mercado.

Fonte: MEMO DF/DFI 001/26, de 27/03/2026.

C. CD ELETROBRÁS PURO – Recursos garantidores de R\$ 1,65 bilhão:

A diferença total entre o previsto e o realizado no ano de 2025 foi positiva em R\$ 28,13 milhões, sendo assim resumida:

³ A carteira total de ações é representada pela combinação de duas estratégias, uma carteira de ações mais aderente ao IBrX (FIA Eletros Itaúna), com menor risco, e outra, composta por Fundos de Investimentos em Ações, que possuem um limite de risco mais elevado. A carteira total de ações é a mesma para todos os planos.

⁴ Apenas os planos BD ELETROBRÁS, CD ELETROBRÁS PURO, CD I e BPDS participam da carteira total de Imóveis.

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Positivo em R\$ 10,46 milhões
Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados	Positivo em R\$ 23,90 milhões
Empréstimo	Negativo em R\$ 0,59 milhão
Imóveis	Positivo em R\$ 1,04 milhão
Fundo Multimercados Estruturados	Negativo em R\$ 6,51 milhões
Outros	Negativo em R\$ 0,17 milhão
Total do plano CD ELETROBRÁS PURO	Positivo em R\$ 28,13 milhões

• **Principais variações**

- ❖ **Ações e Fundos de Investimento em Ações⁵:** O resultado positivo ocorreu em função da variação da carteira total de ações e dos fundos de investimentos em ações ter sido superior à variação projetada do IBrX previsto para o ano de 2025.
- ❖ **Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados:** A variação positiva no segmento de Renda Fixa do Plano CD Puro se deve aos títulos públicos atrelados à inflação que tiveram uma redução das taxas ao longo do período e, por serem marcados a mercado, resultou em uma performance melhor do que a expectativa de retorno.
- ❖ **Fundo Multimercados Estruturados:** A variação negativa se deve pela performance dos fundos multimercados estruturados da Eletros que tiveram um retorno abaixo do esperado pelo seu *benchmark*.
- ❖ **Imóveis⁶:** A variação positiva da rentabilidade para o ano de 2025 deve-se essencialmente ao recebimento de indenização pela rescisão antecipada do Contrato de Locação do edifício Mário Bhering, conforme termo de encerramento contratual.
- ❖ **Empréstimo:** A rentabilidade observada no ano de 2025 ficou abaixo da expectativa de retorno, de acordo com uma inflação abaixo das projeções de mercado.

Fonte: MEMO DF/DFI 001/26, de 27/03/2026.

D. ELETROBRAS CD I – Recursos garantidores de R\$ 577,8 milhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado no ano de 2025 foi positiva em R\$ 1,49 milhões, sendo assim resumida:

⁵ A carteira total de ações é representada pela combinação de duas estratégias, uma carteira de ações mais aderente ao IBrX (FIA Eletros Itaúna), com menor risco, e outra, composta por Fundos de Investimentos em Ações, que possuem um limite de risco mais elevado. A carteira total de ações é a mesma para todos os planos.

⁶ Apenas os planos BD ELETROBRAS, CD ELETROBRÁS PURO, CD I e BPDS participam da carteira total de Imóveis.

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Positivo em R\$ 2,31 milhões
Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados	Positivo em R\$ 1,32 milhões
Empréstimo	Negativo em R\$ 1,12 milhão
Imóveis	Positivo em R\$ 0,99 milhão
Fundo Multimercados Estruturados	Negativo em R\$ 1,37 milhão
Outros	Negativo em R\$ 0,64 milhão
Total do plano ELETROBRÁS CD I	Positivo em R\$ 1,49 milhão

• **Principais variações**

- ❖ **Ações e Fundos de Investimento em Ações⁷:** O resultado positivo ocorreu em função da variação da carteira total de ações e dos fundos de investimentos em ações ter sido superior à variação projetada do IBrX previsto para o ano de 2025.
- ❖ **Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados:** variação positiva no segmento de Renda Fixa do Plano CD I se deve aos títulos públicos atrelados à inflação que tiveram uma redução das taxas ao longo do período e, por serem marcados a mercado, resultou em uma performance melhor do que a expectativa de retorno.
- ❖ **Fundo Multimercados Estruturados:** A variação negativa se deve pela performance dos fundos multimercados estruturados da Eletros que tiveram um retorno abaixo do esperado pelo seu *benchmark*.
- ❖ **Imóveis⁸:** A variação positiva da rentabilidade para o ano de 2025 deve-se essencialmente ao recebimento de indenização pela rescisão antecipada do Contrato de Locação do edifício Mário Bhering, conforme termo de encerramento contratual.
- ❖ **Empréstimo:** rentabilidade observada no ano de 2025 ficou abaixo da expectativa de retorno para o período, em razão dos ajustes relacionados à PCLD, assim como o comportamento da inflação, que se manteve abaixo das projeções do mercado.

Fonte: MEMO DF/DFI 001/26, de 27/03/2026.

E. CV ONS – Recursos garantidores de R\$ 1,07 bilhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado no ano de 2025 foi positiva em R\$ 29,50 milhões, sendo assim resumida:

⁷ A carteira total de ações é representada pela combinação de duas estratégias, uma carteira de ações mais aderente ao IBrX (FIA Eletros Itaúna), com menor risco, e outra, composta por Fundos de Investimentos em Ações, que possuem um limite de risco mais elevado. A carteira total de ações é a mesma para todos os planos.

⁸ Apenas os planos BD ELETROBRAS, CD ELETROBRÁS PURO, CD I e BPDS participam da carteira total de Imóveis.

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Positivo em R\$ 11,81 milhões
Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados	Positivo em R\$ 21,58 milhões
Empréstimo	Negativo em R\$ 0,60 milhão
Fundo Multimercados Estruturados	Negativo em R\$ 3,19 milhões
Outras	Negativo em R\$ 0,10 milhão
Total do plano CV ONS	Positivo em R\$ 29,50 milhões

• **Principais variações**

❖ **Ações e Fundos de Investimento em Ações⁹:** O resultado positivo ocorreu em função da variação da carteira total de ações e dos fundos de investimentos em ações ter sido superior à variação projetada do IBrX previsto para o ano de 2025

❖ **Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados:** A variação positiva no segmento de Renda Fixa do Plano CV ONS se deve aos títulos públicos atrelados à inflação que tiveram uma redução das taxas ao longo do período e, por serem marcados a mercado, resultou em uma performance melhor do que a expectativa de retorno.

❖ **Empréstimo:** A rentabilidade observada no ano de 2025 ficou abaixo da expectativa de retorno para o período, em razão dos ajustes relacionados à PCLD, assim como o comportamento da inflação, que se manteve abaixo das projeções do mercado.

❖ **Fundo Multimercados Estruturados:** A variação negativa se deve pela performance dos fundos multimercados estruturados da Eletros que tiveram um retorno abaixo do esperado pelo seu *benchmark*.

Fonte: MEMO DF/DFI 001/26, de 27/03/2026

F. CV EPE – Recursos garantidores de R\$ 205,0 milhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado no ano de 2025 foi positiva em R\$ 5,11 milhões, sendo assim resumida:

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Positivo em R\$ 2,02 milhões
Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados	Positivo em R\$ 3,56 milhões
Empréstimo	Negativo em R\$ 0,05 milhão
Fundo Multimercados Estruturados	Negativo em R\$ 0,39 milhão
Outras	Negativo em R\$ 0,03 milhão
Total do plano CV EPE	Positivo em R\$ 5,11 milhões

⁹ A carteira total de ações é representada pela combinação de duas estratégias, uma carteira de ações mais aderente ao IBrX (FIA Eletros Itaúna), com menor risco, e outra, composta por Fundos de Investimentos em Ações, que possuem um limite de risco mais elevado. A carteira total de ações é a mesma para todos os planos.

- **Principais variações**

❖ **Ações e Fundos de Investimento em Ações¹⁰:** O resultado positivo ocorreu em função da variação da carteira total de ações e dos fundos de investimentos em ações ter sido superior à variação projetada do IBrX previsto para o ano de 2025.

❖ **Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados:** variação positiva no segmento de Renda Fixa do Plano CV EPE se deve aos títulos públicos atrelados à inflação que tiveram uma redução das taxas ao longo do período e, por serem marcados a mercado, resultou em uma performance melhor do que a expectativa de retorno.

❖ **Empréstimo:** rentabilidade observada no ano de 2025 ficou abaixo da expectativa de retorno para o período, principalmente em razão dos ajustes relacionados à PCLD, assim como o comportamento da inflação, que se manteve abaixo das projeções do mercado.

❖ **Fundo Multimercados Estruturados:** A variação negativa se deve pela performance dos fundos multimercados estruturados da Eletros que tiveram um retorno abaixo do esperado pelo seu *benchmark*.

Fonte: MEMO DF/DFI 001/26, de 27/03/2026

G. CD Multi – Recursos garantidores de R\$ 831,21 mil:

A diferença total entre o previsto e o realizado no ano de 2025 foi positiva em R\$ 13,70 mil, sendo assim resumida:

	Diferença
Fundos de Investimento em Renda Fixa	Positivo em R\$ 13,70 mil
Total do plano CD Multi	Positivo em R\$ 13,70 mil

- **Principais variações**

❖ **Fundos de Investimento em Renda Fixa:** A rentabilidade do plano CD Multi está integralmente em fundos de investimento em renda fixa com ativos atrelados ao CDI e que geraram um resultado positivo para o plano no período.

Fonte: MEMO DF/DFI 001/26, de 27/03/2026

H. CD PrevServ Brasil – Recursos garantidores de R\$ 4,48 milhões

A diferença total entre o previsto e o realizado no ano de 2025 foi positiva em R\$ 85,43 mil, sendo assim resumida:

¹⁰ A carteira total de ações é representada pela combinação de duas estratégias, uma carteira de ações mais aderente ao IBrX (FIA Eletros Itaúna), com menor risco, e outra, composta por Fundos de Investimentos em Ações, que possuem um limite de risco mais elevado. A carteira total de ações é a mesma para todos os planos.

	Diferença
Fundos de Investimento em Renda Fixa	Positivo em R\$ 85,43 mil
Total do plano CD PrevServ	Positivo em R\$ 85,43 mil

- **Principais variações**

❖ **Fundos de Investimento em Renda Fixa:** A rentabilidade do plano CD PrevServ está integralmente em fundos de investimento em renda fixa com ativos atrelados ao CDI e que geraram um resultado positivo para o plano no período.

Fonte: MEMO DF/DFI 001/26, de 27/03/2026

I. Plano de Gestão Administrativa - PGA – saldo de R\$ 108,78 milhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado no ano de 2025 foi positiva em R\$ 0,50 milhões no período. A variação positiva no segmento de Renda Fixa do plano se deve à parte da carteira relacionada aos títulos públicos atrelados à inflação que tiveram uma redução das taxas ao longo do período e, por serem marcados a mercado, resultou em uma performance maior do que a expectativa de retorno.

Fonte: MEMO DF/DFI 001/26, de 27/03/2026

5. Custos com a Administração dos Investimentos

As despesas diretas de investimento totalizaram, em dezembro 2025, R\$ 9.318 mil, valor inferior aos R\$ 10.394 mil registrados no mesmo período de 2024, representando redução de 10,36%.

Essas despesas são impactadas diretamente pelas variações patrimoniais decorrentes da rentabilidade dos ativos, especialmente carteiras e fundos de investimento. Destaca-se a redução observada nas despesas com gestão, performance e corretagem.

Despesas Diretas de Investimento (R\$ mil)

Classificação da despesa	Consolidado	Carteira própria	Renda fixa		Renda variável		FI MULT ESTRUTURADOS	
			FIC *	FI**	FIC *	FI**	FIC *	FIP***
Controladoria	418	115	153	33	83	22	12	-
Gestão	4.455	-	-	302	-	4.135	-	18
ADM	270	-	106	48	50	44	12	10
Custódia	816	265	229	134	114	55	19	-
Performance	0	-	-	-	-	-	-	-
DOC	0	-	-	-	-	-	-	-
CPMF	0	-	-	-	-	-	-	-
IOF	0	-	-	-	-	-	-	-
CVM	332	-	57	97	40	106	30	2
CETIP	1.137	278	315	266	142	99	35	2
CBLC	29	7	-	1	1	20	-	-
SELIC	136	95	-	38	-	3	-	-
BACEN	0	-	-	-	-	-	-	-
ANDIMA	0	-	-	-	-	-	-	-
ANBIMA	39	-	5	12	5	13	4	-
Taxa de Swap	0	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de bolsa	51	-	-	56	-	-5	-	-
Corretagem RV	1.313	13	-	-	93	1.207	-	-
Emolumentos RV	257	9	-	-	29	219	-	-
Cartório	0	-	-	-	-	-	-	-
Consultoria	2	-	-	-	-	-	-	2
Auditoria	49	-	4	13	4	24	4	-
Tx de permanência	1	-	-	-	-	1	-	-
Outros	13	1	-	1	-	2	-	9
Total das despesas	9.318	783	869	1.001	561	5.945	116	43

* FIC - Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento

** FI - Fundo de Investimento que compõem o FIC

*** FIP - Fundo de Investimento em Participação

Fonte: Relatório de Aderência e Enquadramento na Execução da Política de Investimento Base – Dezembro - 2025.

6. Contingências – Passivos e Ativos Contingentes

De acordo com o Relatório dos Auditores Independentes sobre as das Demonstrações Contábeis do ano de 2025, elaborado pela Baker Tilly RJ Auditores Independentes e emitido em 18/03/2026, constam os seguintes registros:

- Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Entidade e é ajustada por meio de informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito.
- O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25, de 16 de setembro de 2009 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, conforme descrito abaixo:
 - Ativo Contingente:** é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência é confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da Entidade. Não é reconhecido no balanço patrimonial, pois o resultado pode nunca se configurar. Entretanto, quando a realização do ganho for praticamente certa, deixará de ser classificado como um ativo contingente, e o seu reconhecimento é adequado.

Ativo Contingente – Não constam registros de Ativos Contingentes no período analisado.

- **Passivo Contingente:** É uma obrigação possível que resulta de eventos passados e sua existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da Entidade. Não é reconhecido no balanço patrimonial pelos seguintes motivos:
 - Não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para validar a obrigação; ou
 - O valor da obrigação não pode ser mensurado de forma suficientemente confiável.

Passivo Contingente: Os processos com probabilidade de perda possível, não registrados em balanço, representam o montante de R\$ 17.529 mil em dezembro e envolvem discussões fiscais, administrativas, ações judiciais de natureza previdencial, trabalhista e cível.

- **Provisão:** É um passivo de prazo ou valor incerto e deve ser reconhecida quando:
 - A Entidade tem uma obrigação presente como resultado de evento passado;
 - Seja provável que a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
 - Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Neste contexto, o Conselho Fiscal tem acompanhado a evolução das Contingências – Ativos e Passivos Contingentes por meio de: (i) reuniões mensais com a Fundação nas quais são apresentados os Relatórios Contábeis; (ii) reunião específica, prevista no Plano de Trabalho do Conselho Fiscal dedicada à Gestão do Contencioso; (iii) informações e esclarecimentos adicionais sempre que necessário sobre o tema; e (iv) por meio do Relatório de Revisão do Auditor Independente, no qual os temas relacionados são destacados nas Notas Explicativas 3.10; 8.3 e 9 do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis do ano de 2025, elaborado pela Baker Tilly RJ Auditores Independentes e emitido em 18 de março de 2026.

Exigível Contingencial

As provisões relacionadas a processos com chance de perda classificadas como provável ou possível (obrigações legais) estão detalhadas nos quadros a seguir, os quais demonstram a composição das provisões contingenciais registradas no balanço patrimonial. Tais provisões referem-se a eventos que poderão resultar em desembolsos futuros, conforme decisões ainda pendentes, e abrangem contingências de natureza previdenciária, trabalhista, cível e fiscal.

Os valores reconhecidos como provisão na Eletros, são a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC nº 25, de 16 de setembro de 2009 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Os fundamentos e a natureza das provisões foram baseados em pareceres jurídicos, segregados por plano e, o saldo de depósitos judiciais realizados.

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada, sendo obrigação legal aquela que deriva de contrato, legislação ou outra ação da Lei) como resultado de evento passado; (ii) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Gestão Previdencial

De acordo com orientações dos advogados da ELETROS e considerando a análise detalhada dos processos ativos realizada pela Gerência Jurídica e de Governança da ELETROS, foram constituídas provisões relativas aos processos judiciais movidos por participantes e assistidos contra a ELETROS.

Houve variação nos valores contingenciados ao longo dos anos de 2025 e 2024 em razão de mudança no prognóstico de alguns processos da ELETROS. Outrossim, foram apresentados novos cálculos ou atualizados cálculos anteriores, seja pelas partes, pelo perito do juízo ou pelo assistente técnico da ELETROS, pois os processos a eles referentes entraram em fase de execução, sendo necessária a liquidação dos valores, antes inviável, pois dependente de divergências apresentadas que precisavam ser resolvidas pelo juízo.

	31/12/2025	31/12/2024
Exigível Contingencial - Gestão Previdencial ¹	23.745	24.830
Processo Trabalhista	6.646	6.290
Processo de Cível	17.099	18.540

¹Provisão dos planos BD Eletrobras no montante de R\$ 23.415 mil e CD Eletrobrás R\$ 330 mil.

Comparativo entre os valores depositados e provisionados:

	31/12/2025	31/12/2024
(+) Depósitos Judiciais/Recurais¹	15.889	14.135
Processo Cível ¹	11.135	9.747
Processo Trabalhista	4.754	4.387
(-) Exigível Contingencial - Gestão Previdencial	(23.745)	(24.830)
Processo Trabalhista	(6.646)	(6.290)
Processo Cível	(17.099)	(18.540)
(=) Saldo²	(7.856)	(10.695)

¹ Rubrica do Realizável - Gestão Previdencial (vide nota 6.1); e

² Provável desembolso futuro.

Gestão Administrativa

Referem-se às provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências cíveis e tributárias, das quais as principais são relativas ao Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

O escritório jurídico que assessora a ELETROS classifica estes processos decorrentes de obrigações legais como prognóstico de perda possível, porém esta Entidade realiza a provisão conforme Pronunciamento Técnico CPC nº 25- Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Processos com chance de perda possível é opcional mensurar a provisão, ficando a critério da governança da EFPC determinar o registro da provisão quando julgar que o risco de tal situação for de maior preponderância a se tornar provável, aplicando-se o exercício da prudência conforme NBC TG Estrutura Conceitual.

	31/12/2025	31/12/2024
Exigível Contingencial - Gestão Administrativa¹	57.852	51.449
PIS ²	8.789	7.880
COFINS ²	48.356	42.991
RET	705	578
AÇÕES CÍVEIS	2	-

¹ O crescimento apresentado refere-se à atualização dos processos judiciais em decorrência dos saldos depositados em juízo.

² Processos decorrentes de obrigações legais com prognóstico de perda possível.

Comparativo entre os valores depositados e provisionados:

	31/12/2025	31/12/2024
(+) Depósitos Judiciais/Recursais¹	57.850	51.504
PIS	8.789	7.880
COFINS	43.356	43.046
RET	705	578
(-) Exigível Contingencial - Gestão Administrativa	(57.852)	(51.449)
PIS	(8.789)	(7.880)
COFINS	(48.356)	(42.991)
RET	(705)	(578)
AÇÕES CÍVEIS	(2)	-
(=) Saldo²	(2)	55

¹ Rubrica do Realizável - Gestão Administrativa (vide nota 6.2); e

² Depósitos judiciais/recursais a recuperar.

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou o julgamento dos Recursos Extraordinários 949.297 e 955.227 (Teses de Repercussão Geral nº 881 e 885), que discutiam a possibilidade de se desconstituir a coisa julgada em relações jurídicas de trato sucessivo em matéria tributária, quando o STF toma posição a respeito da constitucionalidade de tributo em sentido contrário ao de uma sentença transitada em julgado no passado.

Ficou definido, por unanimidade, que decisão colegiada do STF que faça controle de constitucionalidade ou inconstitucionalidade de tributos em Repercussão Geral ou ADI cessa os efeitos da coisa julgada de sentença já transitada em julgado e que tenha tido, no passado, posicionamento, agora, contrário ao do STF.

Para se iniciar a cobrança do tributo de acordo com o novo posicionamento adotado pelo STF, o marco temporal é a data da sessão de julgamento que analisou sua constitucionalidade. O período anterior ao julgamento do STF em Repercussão Geral ou ADI está coberto pela coisa julgada para os contribuintes que possuíam decisão judicial a seu favor quanto ao não recolhimento do tributo, em respeito à garantia da irretroatividade da norma tributária que institui ou majora tributos.

A partir do julgamento do STF que restabelece a exigência do tributo, ficou definido que deverá ser observada a anterioridade temporal aplicável a cada espécie tributária, se a dos 90 dias, a chamada noventena ou ainda a anterioridade anual, já que funcionam como barreira à alteração repentina da exigência tributária.

A partir da decisão acima, os relatórios processuais da Eletros foram analisados pelo Jurídico e, a priori, não foram identificadas ações que possam ser impactadas pelo desfecho dos Temas de Repercussão Geral n.º 881 e 885, recém julgados pelo STF.

Considerando a possibilidade de eventual modulação ou ainda mudanças legislativas visando pacificar o cenário controverso atual, a ELETROS acompanhará este tema e fará a reavaliação destes pontos caso surja algum fato novo.

A ELETROS possui os processos abaixo em curso sobre o tema:

1 - Processo n. 0000594-93.2010.4.02.5101 - Trata-se de mandado de segurança por meio do qual a Eletros pretende a declaração de inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do PIS e da COFINS, nos moldes exigidos pela Lei nº 9.718/1998. Em 1ª instância houve procedência do pedido da Eletros, todavia a apelação da União foi provida, declarando que a autora continua obrigada ao recolhimento da contribuição ao PIS e à COFINS, nos moldes do artigo 3º, parágrafos 5º e 6º, da Lei 9.718/98. A Eletros interpôs Recurso Extraordinário e o processo está sobrestado, aguardando o julgamento pelo STF de *leading case* (Tema 372 - RE 609.096-RG), após o qual os autos retornarão à origem, para nova apreciação do recurso.

2 - Processo n. 0125259-11.2015.4.02.5101 - Trata-se de mandado de segurança por meio do qual a Eletros pretende o reconhecimento do direito líquido e certo de a Entidade não se sujeitar ao recolhimento do PIS e da COFINS sobre as receitas de sua atividade fim, nos moldes que determina a Lei nº 12.973/2014. O pedido foi julgado improcedente em 1ª instância, com confirmação em apelação. Neste contexto, a Eletros interpôs Recurso Especial que foi recebido pelo STJ em 13/04/2023 e encontra-se concluso para decisão do Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES (Relator), desde 14/11/2023.

Em 13/12/2024, foi concluída no STF a votação do RE 722528 (Tema 1280 - PREVI), que, em repercussão geral (decisão vinculante) concluiu pela constitucionalidade da exigência do PIS e da COFINS para as EFPC com base na definição de faturamento.

Em 07/01/2025 foi publicado Acórdão do Tema 1280.

Em janeiro/2026, aguarda-se o julgamento de recurso de embargos e, posteriormente, o trânsito em julgado, após o qual a repercussão geral afetará todos os processos sobre a mesma temática.

Investimentos

Referem-se às provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências relacionadas principalmente ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), e ao Regime Especial de Tributação (RET).

	31/12/2025	31/12/2024
Exigível Contingencial – Investimentos	2	1
Operações com Participantes ¹	2	1

¹ Provisão exclusiva do plano BD Eletrobras.

7. Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais

O Conselho Fiscal além de emitir parecer sobre os testes de aderência das premissas biométricas, econômicas e financeiras, atua na busca de evidências da aderência das mesmas para os Planos BD, CD e CV, administrados pela Eletros.

As tabelas a seguir apresentam as principais premissas e hipóteses atuariais para os Planos administrados pela Eletros.

Plano BD Eletrobras

Hipótese	Hipóteses Atestadas para 31/12/2025
Mortalidade Geral	AT-2000 Basic M&F suavizada em 10%
Entrada em Invalidez	LIGHT FRACA
Mortalidade de Inválidos	RRB-1983
Rotatividade	Nula
Composição Familiar dos ativos	70% casados e mulher 5 anos mais nova que o homem
Indexador do Plano	INPC
Fator Capacidade	0,98
Crescimento salarial	0,00%
Probabilidade de entrada em aposentadoria	100% na primeira idade elegível à aposentadoria integral
Taxa real de juros	6,20% a.a.

Plano CD Eletrobras

Hipótese	Hipóteses Atestadas para 31/12/2025
Mortalidade Geral	BR-EMSsb-v.2015 M&F
Entrada em Invalidez	Grupo Americana
Mortalidade de Inválidos	AT-49 Masculina
Composição Familiar para os ativos do Plano BPDS	73% casados e mulher 4 anos mais nova que o homem
Indexador do Plano	Cotas do Patrimônio / INPC
Fator Capacidade	0,98
Taxa real de juros	6,00% a.a.

Planos CV ONS

Hipótese	Hipóteses Atestadas para 31/12/2025
Mortalidade Geral	BR-EMSsb-v.2015 M&F
Entrada em Invalidez	Grupo Americana
Mortalidade de Inválidos	AT-49 Masculina
Indexador do Plano	Cotas do Patrimônio / INPC
Fator Capacidade	0,98
Taxa real de juros	6,00% a.a.

Plano EPE

Hipótese	Hipóteses Atestadas para 31/12/2025
Mortalidade Geral	BR-EMSsb-v.2015 M&F
Entrada em Invalidez	Grupo Americana
Mortalidade de Inválidos	AT-49 Masculina
Indexador do Plano	Cotas do Patrimônio / INPC
Taxa real de juros	5,73% a.a.

Plano CD I

Hipótese	Hipóteses Atestadas para 31/12/2025
Indexador do Plano	Cotas do Patrimônio
Taxa real de juros	5,73% a.a.

Planos CD Eletros Multi e CD Prevserv Brasil

Hipótese	Hipóteses Atestadas para 31/12/2025
Indexador do Plano	Cotas do Patrimônio
Taxa real de juros	4,63% a.a.

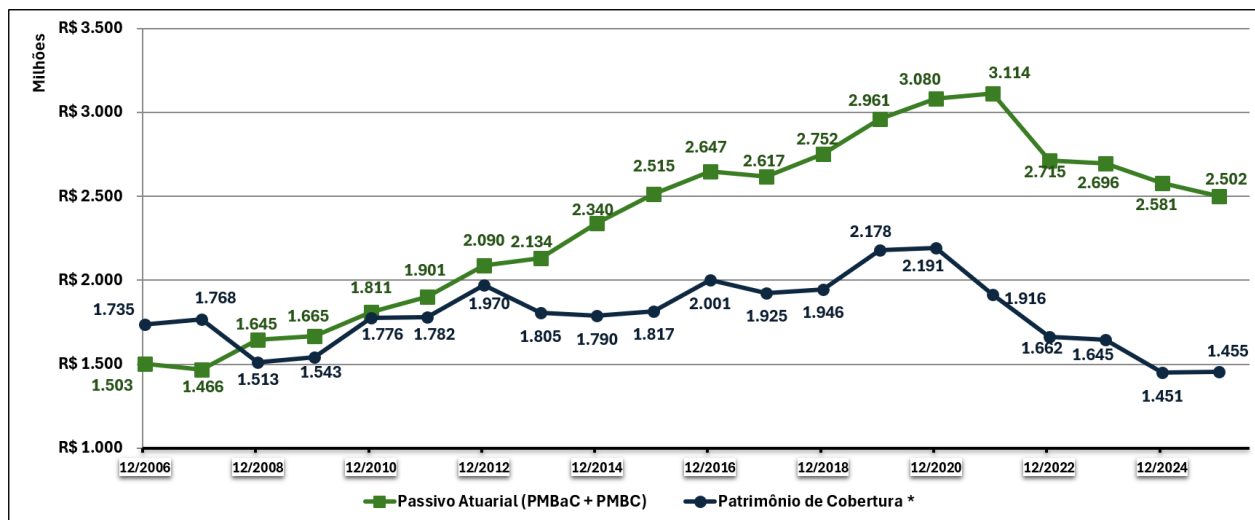
O Plano BD apresenta equacionamentos em andamento (2011, 2013, 2015 e 2021) com previsão de contribuições definidas em percentual da folha de salário real de contribuição/benefícios:

Empregados ativos	mar/26	abr/26	
Contribuição Normal média	6,70%	6,70%	Prazos (em dez/25)
Contribuição Extraordinária III (Déficit 2015)	3,38%	3,41%	9 anos e 3 meses
Contribuição Extraordinária IV (Déficit 2021)	3,51%	3,52%	11 anos e 1 mês
Total	13,59%	13,63%	
Aposentados	mar/26	abr/26	
Contribuição Normal média	7,67%	7,67%	Prazos (em dez/25)
Contribuição Extraordinária I (Déficit 2011)	2,49%	2,64%	8 anos e 3 meses
Contribuição Extraordinária II (Déficit 2013)	15,25%	16,15%	8 anos e 8 meses
Contribuição Extraordinária III (Déficit 2015)	8,50%	8,87%	9 anos e 3 meses
Contribuição Extraordinária IV (Déficit 2021)	6,08%	6,36%	11 anos e 1 mês
Total	39,99%	41,69%	
Pensionistas e optantes pelo BPDs	mar/26	abr/26	Prazos (em dez/25)
Contribuição Extraordinária III (Déficit 2015)	8,50%	8,87%	9 anos e 3 meses
Contribuição Extraordinária IV (Déficit 2021)	6,08%	6,36%	11 anos e 1 mês
Total	14,58%	15,23%	

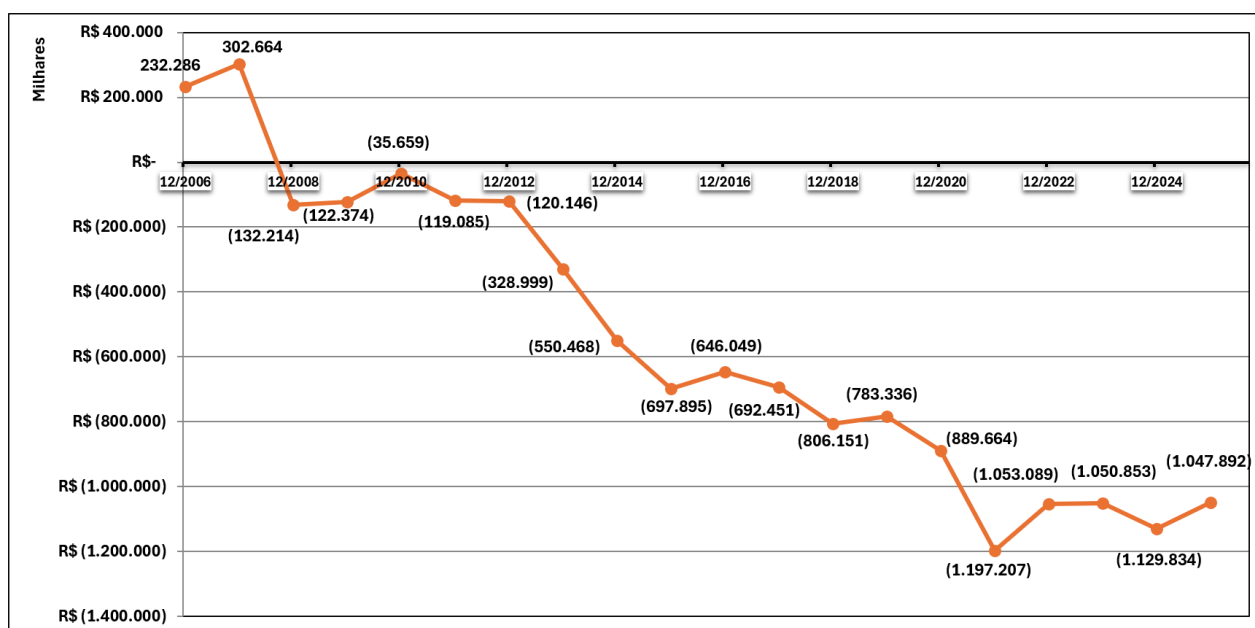
Fonte: MEMO-DB/DBA – 001/2026, de 11/03/2026.

Abaixo, apresenta-se o gráfico contendo a evolução do Passivo Atuarial x Patrimônio de Cobertura do Plano BD Eletrobras até 31/12/2025.

a. Plano BD ELETROBRÁS – Evolução do Patrimônio de Cobertura X Passivo Atuarial até 31/12/2025 (em R\$ milhões)



Plano BD ELETROBRÁS – Histórico dos Déficits – Excesso / (Insuficiência) até 31/12/25 em R\$ milhares



Fonte: MEMO-DB/DBA – 001/2026, de 11/03/2026.

b. Maturidade e Solvência dos Planos

Na tabela a seguir são apresentados os percentuais de grau de maturidade e os graus de solvência bruto e líquido posicionados em 31/12/2025.

PLANO	GRAU DE MATURIDADE	GRAU DE SOLVÊNCIA BRUTO	GRAU DE SOLVÊNCIA LÍQUIDO
BD ELETROBRAS	99,82%	64,45%	94,76%
CD ELETROBRÁS	69,94%	99,43%	96,54%
CV ONS	33,74%	101,77%	100,01%
EPE	7,79%	104,68%	100,07%
CD I	75,81%	100,88%	100,00%
CD ELETROS MULTI	0,00%	100,00%	100,00%
CD PREVSERV BRASIL	0,00%	100,42%	100,00%

11

Fonte: MEMO-DB/DBA – 001/2026, de 11/03/2026.

c. Empréstimos Especiais Vesting

Em 31/12/2025, verifica-se a seguinte situação:

- ❖ 16 contratos ativos, atualizados mensalmente pela taxa de juros do empréstimo financeiro, acrescido da variação do INPC do IBGE;
- ❖ Descontos destinados à amortização que variam de 13,53% a 35,16% do valor bruto do benefício BD;
- ❖ Soma dos saldos devedores dos Empréstimos Especiais Vesting = R\$ 14.922.840,86;
- ❖ FGE do Plano BD Eletrobras = 16.188.559,71.

Fonte: MEMO-DB/DBA – 001/2026, de 11/03/2026.

A fiscalização da execução orçamentária é essencial para assegurar a transparência e a eficiência na gestão dos recursos financeiros de uma Entidade. Cabe ao Conselho Fiscal verificar: (i) se os atos que geram receitas e despesas estão em conformidade com as normas legais e internas; (ii) se o programa de trabalho está sendo executado tanto do ponto de vista financeiro quanto no alcance dos objetivos institucionais; (iii) se os registros contábeis são precisos, consistentes e atualizados; e (iv) se a instituição está promovendo a devida transparência em relação às operações financeiras realizadas.

¹¹ Grau de Solvência Bruto = (Patrimônio de Cobertura – Déficit Contratado + Fundos Previdenciais)/(Benefícios Concedidos + Benefícios a Conceder).

Grau de Solvência Líquido: (Patrimônio de Cobertura – Déficit Contratado + Fundos Previdenciais)/(Benefícios Concedidos + Benefícios a Conceder – Prov. Mat. A Constituir + Fundos Previdenciais – Déficit Contratado).

Neste sentido, o Conselho Fiscal acompanhou mensalmente o controle da execução orçamentária, conforme constam nas Atas das reuniões periódicas realizadas neste período.

Com relação à execução orçamentária foram verificadas variações entre o previsto e o realizado, conforme justificativas a seguir:

a. Provisões Atuariais

Consta do Memorando DB/DBA-001/2026, de 11 de março de 2026, as justificativas, referentes à janeiro a dezembro de 2025, com relação às divergências referentes a Variação (previsto x realizado) das Provisões Atuariais dos Planos dos Planos BD Eletrobras, CD Eletrobrás ("CD Puro" e BPDS), EPE, CV ONS, CD I, CD Eletros Multi e CD PrevServ Brasil:

▪ **Constituição/Reversão de Provisões Matemáticas**

♦ **Variação (previsto x realizado) das Provisões Atuariais do Plano BD Eletrobras e da Parcela BPDS do Plano CD Eletrobrás:**

Para fins de orçamento (elaborado nos meses de agosto e setembro de 2024), a DBA estimou a evolução das provisões matemáticas dos Planos até o encerramento de 2025 teoricamente (desde julho de 2024), considerando a inflação projetada para o ano de 2025 (à época da elaboração do orçamento, a expectativa de inflação para 2025 era de 4,02%, ou seja, cerca de 0,33% ao mês).

Destacamos que as provisões matemáticas da Parcela BPDS do Plano CD Eletrobrás são recalculadas mensalmente utilizando a variação do INPC com 1 mês de defasagem, enquanto as provisões matemáticas do Plano BD Eletrobras são apuradas mensalmente de forma teórica através de planilha disponibilizada pela Consultoria Atuarial responsável pelo plano, Towers Watson Consultoria Ltda.

Seguem as justificativas para a variação da conta "Constituição/Reversão de Provisões Matemáticas" do Plano BD Eletrobras e da Parcela BPDS do Plano CD Eletrobrás no período de janeiro a dezembro de 2025:

	Plano	BD Eletrobras	BPDS
A	(-) Variação prevista	-R\$ 61.089.568	R\$ 7.445.530
B	(-) Variação realizada	R\$ 90.520.201	R\$ 2.977.742
C = B - A	Diferença a justificar	R\$ 151.609.769	-R\$ 4.467.787
Impacto em função de:			
D	Meta atuarial realizada > Meta atuarial esperada	R\$ 19.457.973	R\$ 3.737.984

E	Reversão da Conta "Contribuições em Atraso" para o Ativo do Plano	R\$ 163.004.793	R\$ -
F	Impacto da alteração da taxa real de juros	-R\$ 71.373.035	-R\$ 6.160.988
G	Folha de benefícios pagos inferior ao esperado	R\$ 17.616.320	R\$ -
H	Impacto em função de demanda judicial e/ou alteração do grupo familiar	R\$ 2.293.255	-R\$ 216.283
E = C - D - E - F - G - H		R\$ 20.610.463	-R\$ 1.828.500
Outros (Ganhos) / Perdas atuariais e/ou financeiras no período:		R\$ 20.610.463	-R\$ 1.828.500

** Fonte: MEMO - DB/DBA-001/2026 de 11/03/26

Os "Outros (Ganhos) / Perdas atuariais e/ou financeiras no período" justificam-se, uma vez que os Patrimônios de Cobertura dos Planos BD Eletrobras e da Parcela BPDS do Plano CD Eletrobrás montam, em 31/12/2025, R\$ 1,8 bilhão e R\$ 0,33 bilhão, respectivamente.

• **Variação (previsto x realizado) das Provisões Atuariais das Parcelas CV e Renda Vitalícia:**

A variação das Provisões Atuariais das Parcelas CV's foram estimadas, à época do orçamento, pela Gerências Atuarial e de Investimentos da Eletros considerando a rentabilidade projetada para o ano de 2025.

As variações das contas "Constituição/Reversão de Provisões Matemáticas" justificam-se considerando que as rentabilidades acumuladas de janeiro a dezembro de 2025 para os Planos CD Eletrobrás, CV ONS e EPE.

• **Superávit / Déficit do período**

Considerando que as rentabilidades de todos os planos da Fundação superaram a meta atuarial foi observado que:

- Os PED's de 2020 e de 2021 da Parcela Renda Vitalícia do Plano CV ONS foram extintos e ainda houve constituição de superávit técnico acumulado em 31/12/2025 para este plano;
- Houve constituição de superávit técnico acumulado para a Parcela Renda Vitalícia do Plano EPE em 31/12/2025;
- O superávit da Parcela Renda Vitalícia do Plano CD Eletrobrás em 31/12/2025 ficou ainda maior que aquele observado no encerramento do exercício de 2024;
- A Parcela BPDS do Plano CD Eletrobrás encerrou o exercício de 2025 com um resultado deficitário inferior àquele observado no encerramento de 2024.

• **Constituição / Reversão de Fundos Previdenciais**

Referem-se às oscilações nos Fundos Previdenciais em razão dos créditos referentes às sobras de resgates, às contribuições efetuadas pelos participantes e/ou patrocinadoras para custeio dos benefícios não programáveis e dos débitos relativos às transferências do fundo de riscos para as contas individuais dos participantes em decorrência das concessões de benefícios não programáveis, bem como custo mensal da apólice de seguro contratada, se cabível.

Ressaltamos que quanto maior o saldo do Fundo de Riscos, mais recursos estarão disponíveis para garantir o pagamento dos benefícios de risco.

Seguem as justificativas para a variação das contas "Constituição / Reversão de Fundos" no período de janeiro a dezembro de 2025:

Plano	CD Eletrobrás	CV ONS	EPE	CD I
Fundos Previdenciais em dez/24	R\$ 49.384.596	R\$ 14.573.997	R\$ 7.083.248	R\$ 2.597.848
Fundos Previdenciais em dez/25	R\$ 59.011.581	R\$ 18.532.726	R\$ 9.073.780	R\$ 4.993.837
(-) Variação prevista	R\$ 3.081.899	R\$ 1.533.922	R\$ 726.812	R\$ 249.833
(-) Variação realizada	R\$ 9.626.985	R\$ 3.958.730	R\$ 1.990.532	R\$ 2.395.989

Fonte: MEMO - DB/DBA-001/2025, de 11/03/2026

A "Variação realizada" dos Fundos Previdenciais dos Planos justifica-se considerando a rentabilidade observada no período.

• **Constituição / Reversão de Contingências**

Com base no Memo-PRJ- 004/2026, de 27 de março de 2026 são apresentadas as justificativas referentes às variações orçamentárias entre Previsto e Realizado do Item "Constituições/Reversões de Contingências" da Demonstração de Resultado, no período de julho a dezembro de 2025, nos planos BD ELETROBRAS, CD ELETROBRÁS BPDS, CD ELETROBRÁS RENDA VITALÍCIA, PGA, CV ONS, CV EPE, CD I ELETROBRÁS, CD ELETROS MULTI, CD PREVSEV BRASIL.

Houve variação orçamentária entre o Previsto e o Realizado das Contingências de janeiro a dezembro de 2025, pois não é possível mensurar com exatidão o Previsto de cada período. O Previsto, em relação à Contingência, que engloba os valores que serão contingenciados no ano seguinte, depende de diversos fatores, tais como o recebimento de citação de novos processos, a realização e apresentação em juízo de cálculos atuariais e periciais, o julgamento de processos, o fornecimento de informações pela ELETROBRAS e eventual intimação para pagamento de valores de emolumentos e condenações.

Nesse contexto, o Previsto é fornecido tomando por base uma série de critérios avaliados anualmente, tais como o maior valor de Contingência Realizada anual na comparação dos anos anteriores ao do estabelecimento da Previsão, ou então a média dos Realizados dos anos anteriores ao da Previsão. O Realizado, por sua vez, é fornecido pela DFC e obtido a partir das contingências solicitadas pela PRJ quanto aos processos com prognóstico de

perda provável, eventuais emolumentos e demais valores pagos não contingenciados, depósitos judiciais e outras informações.

Foi salientado que eventualmente ocorrem depósitos em conta da Eletros, relativos ao levantamento de valores recuperados, motivo pelo qual o valor Previsto e o valor Realizado têm remota possibilidade de serem os mesmos.

Especificamente em relação à rubrica "Constituição/Reversão de Contingências Adm." da Demonstração de Resultado da Gestão Administrativa, cumpre esclarecer que até o final de 2020 havia uma segregação entre a rubrica "PIS E COFINS", cujo Previsto e Realizado eram preenchidos pela DFC, e a rubrica "OUTRAS CONTINGÊNCIAS", esta última de responsabilidade da PRJ. Todavia, a partir de janeiro de 2021 as mencionadas rubricas foram unificadas, passando à nomenclatura única de "Constituição/Reversão de Contingências Adm.".

Os demais valores constantes do Realizado do Resultado da Gestão Administrativa decorrem de lançamentos de responsabilidade da DFC, referentes aos valores provisionados e posteriormente depositados em juízo de PIS e de COFINS, sendo que à medida que a variação das receitas administrativas é superior ao orçado no período, a base de cálculo aumenta e conseqüentemente ocorre o acréscimo nos valores devidos de PIS e de COFINS, o que justifica a variação orçamentária entre Previsto e Realizado.

No que tange aos valores constantes do Realizado de julho a dezembro de 2025 do Plano BD Eletrobras, temos os seguintes comentários a tecer, com as principais alterações efetuadas no período:

- 1- processo nº 0125018-19.2006.8.19.0001 foi realizado pagamento no valor de R\$14.700,00 referente aos honorários periciais;
- 2- processo nº 0000355-07.2011.5.01.0055 houve alteração mensal do valor de contingência futura, em razão da atualização do valor do depósito judicial;
- 3- processo nº 0048951-23.2000.8.19.0001 houve alteração mensal do valor de contingência futura, em razão da atualização do valor do depósito judicial;
- 4- processo nº 0125018-19.2006.8.19.0001 houve alteração mensal do valor de contingência futura, em razão da atualização do valor do depósito judicial;
- 5- processo nº 0019100-20.2002.5.01.0065 houve alteração mensal do valor de contingência futura, em razão da atualização do valor do depósito judicial;
- 6- processo nº 0000531-64.2011.5.01.0029 houve alteração mensal do valor de contingência futura, em razão da atualização do valor do depósito judicial;
- 7- processo nº 0820961-05.2025.8.19.0209 foi realizado pagamento no valor de R\$ 1.202,56, em razão da taxa judiciária para interposição de recurso;
- 8- processo nº 0931511-46.2024.8.19.0001, houve alteração do prognóstico de perda de possível para provável, com o contingenciamento dos cálculos apresentados pelo assistente técnico no valor de R\$ 137.114,76;

9- processo nº 0187677-73.2020.8.19.0001 houve alteração do valor contingenciado de R\$ 8.915,29 para zero em razão do encerramento do processo;

10- processo nº 0889292-81.2025.8.19.0001 foi realizado pagamento no valor de R\$ 1.202,56, em razão da taxa judiciária para interposição de recurso;

11- processo nº 0082997-61.2025.8.19.0001 foi realizado depósito judicial no valor de R\$ 80.823,03, bem como a atualização dos valores nos meses subsequentes;

12- processo nº 0747821-13.2025.8.07.0001 foi realizado pagamento no valor de R\$ 46,28, em razão da taxa judiciária para interposição de recurso;

13- processo nº 0082997-61.2025.8.19.0001 foi realizado pagamento no valor de R\$ 488,99, em razão da taxa judiciária para impugnar o cumprimento de sentença;

14- processo nº 0839262-13.2023.8.19.0001 o valor da contingência foi atualizado de R\$ 150.014,36 para R\$ 314.494,42, em razão da atualização dos cálculos apresentados nos autos;

15- processo nº 0852344-29.2025.8.19.0038 foi realizado pagamento no valor de R\$ 2.140,33, decorrente da taxa judiciária para interposição de recurso inominado;

16- processo nº 0008285-20.2013.8.19.0002 o valor da contingência foi atualizado de R\$ 1.000,00 para R\$ 1.593,28, em razão da atualização dos cálculos apresentados nos autos;

Ressalta-se que o valor final contabilizado de realizado envolve uma série de fatores, tais como emolumentos, pagamentos e valores recebidos no mês e que a metodologia utilizada e valores efetivamente contabilizados devem ser obtidos junto à DFC.

Em relação aos valores constantes do Realizado referentes ao **Plano CD ELETROBRÁS Renda Vitalícia**, no âmbito do processo nº 0962925-96.2023.8.19.0001, houve o pagamento do montante de R\$ 1.094,31, correspondente às custas judiciais para interposição de recurso e no processo nº 0001019-79.2011.5.01.0009, classificado com prognóstico de perda provável, houve alteração mensal do valor da contingência, em razão da atualização mensal do valor do depósito judicial.

Em relação aos valores constantes do Realizado referentes ao **Plano CD ELETROBRÁS BPDS**, no âmbito do processo nº 0354065-15.2010.8.19.0001, classificado como provável, o perito apurou, nos cálculos apresentados, que nada era devido ao autor, razão pela qual o valor da contingência, anteriormente fixado em R\$ 75.840,63, foi integralmente zerado.

No processo judicial nº 0950427-65.2023.8.19.0001 foi realizado pagamento no valor de R\$ 1.094,31, referente às custas para interposição de recurso e no processo judicial nº 0858071-80.2025.8.19.0001 foi efetuado pagamento no valor de R\$ 489,99, correspondente às custas judiciais para apresentação de impugnação ao cumprimento de sentença.

Em relação aos valores constantes do Realizado referentes ao **Plano CD I ELETROBRÁS** foi realizado o pagamento no valor de R\$ 4.250,00 no processo nº 1025371-77.2022.8.26.0001 correspondente aos honorários periciais.

Com relação ao **CV ONS, CV EPE, CD Eletros Multi, CD Prevserv Brasil** conforme demonstrações de resultado enviadas pela DFC, não foram registradas contingências pertinentes à PRJ de julho a dezembro de 2025.

b. Receitas e Despesas Previdenciárias

Consta do Memorando DBR 001/2026, de 27 de março de 2026, as justificativas referentes à janeiro a dezembro de 2025, com relação as variações (previsto x realizado) das Provisões das Receitas e Despesas Previdenciárias.

PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS – BD ELETROBRÁS

RECEITAS

- **Contribuição Normal da Patrocinadora:** Na época da elaboração das previsões orçamentária restavam 4 participantes com contribuições patronais ao Plano, no entanto ao longo do ano de 2025, dois participantes foram desligados de sua patrocinadora, restando ao em 31/12/2025 apenas 2 participantes contribuintes para o Plano, o que representou uma variação de 35,05% no acumulado do ano.
- **Contribuição Normal do Participante:** Na época da elaboração das previsões orçamentária restavam 4 participantes com contribuições patronais ao Plano, no entanto ao longo do ano de 2025, dois participantes foram desligados de sua patrocinadora, restando ao em 31/12/2025 apenas 2 participantes contribuintes para o Plano, o que representou uma variação de 35,05% no acumulado do ano.
- **Contribuição Extra do Participante:** Na época da elaboração das previsões orçamentária restavam 4 participantes com contribuições patronais ao Plano, no entanto ao longo do ano de 2025, dois participantes foram desligados de sua patrocinadora, restando ao em 31/12/2025 apenas 2 participantes contribuintes para o Plano, o que representou uma variação de 52,14% no acumulado do ano.
- **Contribuição Extra dos Assistidos:** Variação decorrente da cobrança das contribuições extraordinárias em atraso a partir de 01/2025, que não estavam estimadas no momento da elaboração destas estimativas.

PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS – BPDS

RECEITAS

- **Contribuição Extra da Patrocinadora:** Principal variação decorrente do processo - 0950427-65.2023.8.19.0001 – movido pela APEL, onde 98 assistidos tiveram o direito a não recolher as contribuições extraordinárias mensais, sendo repassado essa obrigação as patrocinadoras.

- **Contribuição Extra do Assistido:** Principal variação decorrente do processo - 0950427-65.2023.8.19.0001 – movido pela APEL, onde 98 assistidos tiveram o direito a não recolher as contribuições extraordinárias mensais, sendo repassado essa obrigação as patrocinadoras.

PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS – CD ELETROBRÁS

RECEITAS

- **Contribuição Normal da Patrocinadora:** Principal variação decorrente da redução do quadro de empregados das patrocinadoras (194 desligamentos) superior a estimativa informada à época do envio das premissas para elaboração do orçamento 2025.

- **Contribuição Normal do Participante:** Principal variação decorrente da redução do quadro de empregados das patrocinadoras (194 desligamentos) superior a estimativa informada à época do envio das premissas para elaboração do orçamento 2025.

- **Contribuições Voluntárias:** Evento sem periodicidade definida sendo realizada de acordo com a disponibilização financeira dos participantes do Plano, para obtenção da majoração de suas reservas e da obtenção do benefício fiscal (dedução da base de cálculo do IR limitado a 12% dos rendimentos). Além disso, a redução no quadro das patrocinadoras (194 desligamentos) impactou diretamente no volume de aportes voluntários.

DESPESAS

Benefícios de Prestação Continuada: Variação decorrente do número de aposentadorias após a elaboração das estimativas orçamentárias (26 concessões de aposentadoria), superior a quantidade estimada, além de 8 pedidos de saque de até 25% da reserva matemática dos benefícios concedidos em 2025. Além disso, o reajuste da folha de benefícios do Plano CD Eletrôbras foi de 7,93% em janeiro/2025 superior ao percentual de 4,24% estimado.

PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS – CV ONS

DESPESAS

- **Benefícios de Prestação Continuada:** Principal variação decorrente do número de pedidos de saque de 25% da reserva matemática não estimado no momento da previsão orçamentária do primeiro semestre de 2025 (15 pedidos de saque).

Além disso, ocorreu em fevereiro/2025 pagamento de pecúlio por morte a pensionistas, evento único, mas com valor elevado (R\$ 554.499,60).

PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS – CV EPE

RECEITAS

- **Contribuição Normal da Patrocinadora:** Principal variação decorrente do aumento do quadro de empregados da patrocinadora (62 novos participantes), muito acima do informado à época do envio das premissas para elaboração do orçamento 2025.

- **Contribuição Normal do Participante:** Principal variação decorrente do aumento do quadro de empregados da patrocinadora (62 novos participantes), muito acima do informado à época do envio das premissas para elaboração do orçamento 2025.

- **Contribuições Voluntárias:** Evento sem periodicidade definida sendo realizada de acordo com a disponibilização financeira dos participantes do Plano, para obtenção da majoração de suas reservas e da obtenção do benefício fiscal (dedução da base de cálculo do IR limitado a 12% dos rendimentos).

PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS – CD I

RECEITAS

- **Contribuição Normal da Patrocinadora:** Principal variação decorrente da redução do quadro de empregados da patrocinadora Eletrobras (56 desligamentos) superior a estimativa informada à época do envio das premissas para elaboração do orçamento 2025.

- **Contribuição Normal do Participante:** Principal variação decorrente da redução do quadro de empregados da patrocinadora Eletrobras (56 desligamentos) superior a estimativa informada à época do envio das premissas para elaboração do orçamento 2025.

- **Contribuições Voluntárias:** Evento sem periodicidade definida sendo realizada de acordo com a disponibilização financeira dos participantes do Plano, para obtenção da majoração de suas reservas e da obtenção do benefício fiscal (dedução da base de cálculo do IR limitado a 12% dos rendimentos).

DESPEASAS

- **Benefícios de Prestação Continuada:** Variação decorrente do número de pedidos de saque de 25% da reserva matemática acima do estimado no momento da previsão orçamentária de 2025 (30 pedidos de saque) e do pagamento único de saldo a herdeiros legais (10 pagamentos).

PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS – ELETROS MULTI

RECEITAS

- **Contribuição Normal da Patrocinadora:** Principal variação decorrente do aumento do quadro de participantes (17 novos participantes), acima do estimado à época do envio das premissas para elaboração do orçamento 2025. Como o número de participantes do Plano era reduzido, 20 participantes, a variação representa incremento de 85% nas receitas.

- **Contribuição Normal do Participante:** Principal variação decorrente do aumento do quadro de participantes (17 novos participantes), acima do estimado à época do envio das premissas para elaboração do orçamento 2025. Como o número de participantes do Plano era reduzido, 20 participantes, a variação representa incremento de 85% nas receitas.

PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS – CD PREVSERV BRASIL

RECEITAS

- **Contribuição Normal da Patrocinadora:** Principal variação decorrente do aumento do quadro de participantes (236 novos participantes), acima do estimado à época do envio das premissas para elaboração do orçamento 2025.

- **Contribuição Normal do Participante:** Principal variação decorrente do aumento do quadro de participantes (236 novos participantes), acima do estimado à época do envio das premissas para elaboração do orçamento 2025.

9. Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade

A Gestão Integrada de Riscos deve estar alicerçada na identificação, monitoramento e controle dos fatores de risco que impactam os objetivos da Entidade, cabendo aos dirigentes aprovarem e reverem, de forma periódica, a estratégia adotada para seu gerenciamento, o que envolve a identificação destes riscos a que a Entidade está exposta, o estabelecimento de níveis aceitáveis de tomada de risco, com permanente gerenciamento e com o objetivo de medir, monitorar e controlar os riscos identificados.

Assim, o processo de gerenciamento de riscos da Entidade deve buscar identificar e considerar fatores internos – planos administrados; qualificação técnica dos profissionais; estrutura organizacional, bem como fatores externos – cenário econômico-financeiro.

O Conselho Fiscal, nas suas reuniões ordinárias, conforme plano de trabalho, realiza avaliações de Relatórios Gerenciais, bem como conta com apresentações realizadas pelas áreas de Gestão de Riscos e Controles Internos (PRG); Compliance (PRI) e Auditoria Interna (AUD), tomando conhecimento das iniciativas desenvolvidas pelas áreas e tem apresentado sugestões de melhorias, em especial no que se refere à estratégia adotada para o gerenciamento de riscos, de compliance e de Auditoria Interna.

A. Gestão de Riscos

À luz da CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, todos os riscos que possam comprometer a realização dos objetivos da EFPC devem ser continuamente identificados, avaliados, controlados e monitorados, e a referida CGPC instrui ainda que os riscos devem ser identificados por tipo de exposição e avaliados quanto à sua probabilidade de incidência e quanto ao seu impacto nos objetivos e metas traçados pela Entidade.

De acordo com o Relatório Gerencial/PRR - 001/26, de 17/04/2026, a gerência de Riscos - PRR reportou que ao longo do segundo semestre de 2025 a Eletros vem atuando de modo a garantir que os processos das estejam plenamente aderentes para fins de identificação e gerenciamento dos riscos.

No contexto da manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), em 2025 a Eletros revisou o seu mapeamento de riscos e expandiu a gestão de riscos e controles aplicando a mesma metodologia utilizada nos processos da Diretoria de Benefícios, os quais possuem a

certificação ISO **9001:2015**, abrangendo as áreas de Presidência (PR), Diretoria Financeira (DF), Auditoria Interna (AUD) e Secretaria de Governança (SEG).

Essa ampliação concluída no **segundo semestre exercício** de 2025 fortalece a visão integrada dos processos organizacionais, promovendo maior eficácia operacional, melhoria de resultados e mitigação de impactos negativos.

Referenciais Metodológicos

a. Norma ISO 9001:2015

A abordagem adotada está alinhada à ISO 9001:2015, que orienta o planejamento de ações para tratamento de riscos, permiti flexibilidade na adoção de práticas conforme a maturidade organizacional.

b. Framework COSO-ERM

A Eletros utiliza como referência o COSO-ERM, que estabelece a gestão de riscos como um processo corporativo integrado, aplicado desde a definição estratégica até as operações, com o objetivo de manter os riscos dentro do apetite organizacional e assegurar o alcance dos objetivos institucionais.

RESULTADOS CONSOLIDADOS (abrangendo o primeiro e o segundo semestre de 2025)

✓ Mapeamento de Processos

- Foram elaborados/atualizados 181 fluxogramas de processos.

✓ Identificação de Riscos

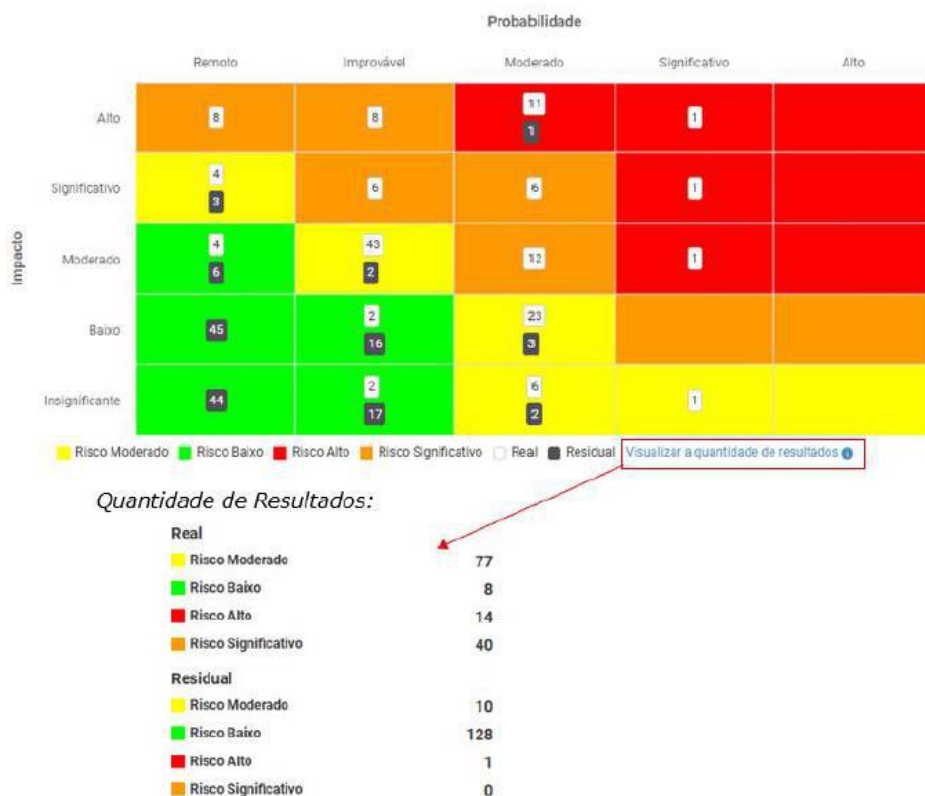
- Total de riscos identificados: 463
- Riscos reais classificados como "Alto": 76

✓ 5.3 Riscos Residuais (após controles)

- Risco Alto: 1 (crítico)
- Riscos Moderados: 36
- Riscos Baixos: 426

Matriz de Riscos Eletros

Observação: A Matriz de Riscos abaixo, apresenta a visão dos riscos por processos, ou seja, cada risco apresentado na Matriz de Riscos é um processo específico.



É importante destacar que Riscos Residuais Altos e Significativos são caracterizados como Riscos Críticos, sendo necessária a definição de Planos de Ação que resultarão na criação de controles mitigatórios de riscos.

Observação: Tais controles resultantes de Planos de Ação, passarão novamente por uma avaliação de eficácia para identificar se são capazes, ou não, de mitigar os riscos residuais críticos.

TRATAMENTO DE RISCOS CRÍTICOS

Risco Residual Alto

- Identificado no processo de *Atualização e Fechamento Mensal da Carteira de Empréstimos*. Durante o processo de auditoria do SGQ, os controles que foram implantados, ainda assim, foram considerados insuficientes, pois não mitigavam o risco por completo, necessitando de intervenções periódicas junto ao "fornecedor - SINQIA", que nem sempre atende ao prazo estabelecido. Este risco tem sido monitorado com maior proximidade, ainda que seja um risco operacional com reflexos de "menor impacto", de forma conservadora manteve-se classificado como "Alto" e as áreas envolvidas estão trabalhando para dar o tratamento adequado a ele, e, conseqüentemente alcançar um nível adequado no momento de uma nova avaliação, que deve ocorrer, ainda no primeiro semestre de 2026.

Abaixo, segue o detalhamento do trabalho realizado em relação ao risco, que, na avaliação e acompanhamento de indicadores, permaneceu com a classificação de “risco alto”



A expansão da matriz de riscos demonstra evolução significativa na maturidade da gestão de riscos da Eletros. A redução expressiva de riscos críticos evidencia a efetividade dos controles internos e o alinhamento às melhores práticas de governança.

O modelo adotado assegura monitoramento contínuo, suporte à tomada de decisão e maior segurança no alcance dos objetivos estratégicos e operacionais.

Auditorias

(i) Auditoria Externa

Um ponto de controle relevante é o fato de a Fundação contar com os serviços de auditoria independente executados pela Baker Tilly RJ Auditores Independentes SS, para revisar e emitir opinião sobre as Demonstrações Contábeis da Entidade.

Neste contexto, conforme Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis do exercício de 2025 emitida em 18 de março de 2026, “as demonstrações contábeis [...] apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com

as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB)”.

(ii) Auditoria Interna

No âmbito dos trabalhos de auditoria interna previstos no Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI/2025, e ainda, em atendimento à Missão da Auditoria Interna de agregar valor aos processos, à gestão e à governança contribuindo para que os objetivos estratégicos sejam alcançados a partir de uma abordagem metodológica padronizada e baseada em riscos, apresentamos a seguir o resultado dos trabalhos de auditoria interna realizados no ano de 2025.

Conforme previsto no item 9 do PAAI/2025 as atividades operacionais da AUD foram distribuídas em 7 (sete) categorias. Os trabalhos foram executados ao longo do ano e estão detalhados conforme demonstrado a seguir.

Atividades Administrativas

Nesta categoria estão incluídas as atividades relacionadas à gestão da AUD, da Ouvidoria e do Canal de Denúncias, além do atendimento às obrigações corporativas oriundas das demais áreas da Eletros, tais como orçamento, comunicação, contratos, etc.

Em 2025 foi submetido à apreciação e aprovação do Conselho Deliberativo da Eletros – CDE a revisão do fluxo e da governança do Canal de Denúncias. A revisão visou atender recomendação exarada pelo Conselho Fiscal da Eletros - CFE. Adicionalmente, foi elaborado o Questionário de Avaliação da Auditoria Interna pelos Gestores, que tem por objetivo avaliar de forma contínua e periódica a atividade de auditoria interna, verificando se esta atende as expectativas das partes interessadas, se agrega valor ao negócio e se contribui para melhorar as operações da organização. Após a submissão do presente RAAI/2025 ao CDE, o questionário será encaminhado para a Diretoria Executiva da Eletros – DEE, visando coletar a percepção da Administração quanto aos principais aspectos relacionados à atividade.

A adoção de tal componente está alinhada à estratégia de inclusão contínua e gradual dos elementos que compõem um Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade – PGMQ e contribuem para elevar o nível de maturidade da governança da Auditoria Interna da Eletros.

É esperado que ao longo dos próximos exercícios novos elementos sejam incorporados à governança permitindo que a Fundação esteja apta a participar do processo de certificação externa (Quality Assessment™).

RAAI/2025

Foram gerados 03 (três) relatórios parciais de auditoria interna – parte integrante do RAAI/2025 – contendo as análises, conclusões e, quando pertinente, recomendações para a remediação das fragilidades identificadas.

Em linha com a Missão da AUD, a sistemática operacional priorizou a tempestividade na remediação das fragilidades identificadas. Neste sentido, os relatórios parciais de auditoria foram disponibilizados à Administração imediatamente após a sua conclusão, permitindo a implementação ou a melhoria dos controles internos e a mitigação dos riscos associados ao longo do período de referência.

AUDITORIAS PROGRAMADAS

Os trabalhos executados observaram as melhores práticas difundidas pelo IIA Brasil – Instituto dos Auditores Internos do Brasil e transcorreram de forma positiva e colaborativa. As unidades operacionais se mostraram disponíveis e solícitas, com o encaminhamento de informações/documentos nos prazos solicitados na maior parte das vezes.

Em 2025 foi concluído o 5º ciclo de auditoria interna. A metodologia adotada para a seleção dos processos avaliados foi o de Auditoria Baseada em Riscos – ABR, metodologia que considera os riscos inerentes mais relevantes (impacto x probabilidade) registrados na Matriz de Riscos Corporativos.

Segue abaixo o quadro síntese das análises relacionadas aos escopos discriminados no PAAI/2025.

AUDITORIA INTERNA PROGRAMADA

ESCOPO	OBJETIVO	MACROPROCESSO	UNIDADE	AValiação	CRITICIDADE	PLANO DE AÇÃO
01	Verificar a conformidade do processo de avaliação atuarial dos planos:	Atuarial	DBA	Adequado	Baixa	-
	- BD Eletrobras					
	- CD Eletrobras					
	- CD I					
	- CV ONS					
	- EPE					
	- CD Eletros Multi					
	- PrevServ Brasil					
	- PrevServ Brasil - Sorocaba					
	- PrevServ Brasil - Londrina					
02	Avaliar a conformidade dos controles internos relacionados com o processo de planejamento dos investimentos dos planos (Política de Investimentos):	Investimento	DFI	Com Recomendação	Média	Concluído (2) Em andamento (2)
	- BD Eletrobras					
	- CD Eletrobras					
	- CD I					
	- CV ONS					
	- EPE					
	- CD Eletros Multi					
	- PrevServ Brasil					
	- PrevServ Brasil - Sorocaba					
	- PrevServ Brasil - Londrina					
03	Verificar a conformidade do processo de pagamento de benefício do INSS	Previdencial	DBR	Com Recomendação	Alta	Em andamento (4)

Importante ressaltar que a Auditoria emite sua opinião, limitada à extensão dos testes aplicados, acerca da avaliação dos escopos do PAAI/2025, conforme segue:

☐ Dos 03 (três) escopos analisados ao longo dos trabalhos de auditoria, 1 (um) apresentou níveis adequados de riscos na medida em que os controles internos adotados se mostraram eficazes.

☐ Em 2 (dois) escopos verificamos a necessidade de aperfeiçoamento dos controles internos para mitigação dos riscos. Nesses casos, os Gestores/Administração propuseram planos de ação para a remediação das fragilidades identificadas. Para o escopo 02, três planos de ação já haviam sido concluídos na data de emissão do presente RAAI, nos demais casos as ações continuavam em andamento.

☐ Quanto ao escopo 03, parte das soluções de remediação das fragilidades dependem da interlocução com o INSS e terão que aguardar a agenda definida pela Autarquia Federal. Para as demais fragilidades, a DEE determinou ações imediatas para a remediação dos achados de auditoria.

AUDITORIAS/DEMANDAS EXTRAORDINÁRIAS

Durante o exercício não houve auditorias/demandas extraordinárias endereçadas a AUD.

ASSESSORAMENTO AOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

No ano de 2025 a AUD prestou assessoria ao CDE em assuntos privativos do Colegiado.

Em relação ao Conselho Fiscal da Eletros – CFE, foram reportadas de forma periódica as informações demandadas pelo Colegiado, nos termos do Plano Trabalho Anual do CFE.

ATENDIMENTO AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO

No exercício de 2025 não houve demanda oriunda de órgãos estatais de fiscalização.

As demandas no período foram provenientes das patrocinadoras Axia Energia e EPE e estão detalhadas a seguir:

☐ Auditoria Interna da Patrocinadora Axia Energia

Por intermédio do documento AUD 17/2025, de 06.05.2025, a Patrocinadora Axia Energia comunicou o início dos trabalhos de auditoria nos processos relacionados aos planos de benefícios por ela patrocinados.

Em 19.12.2025 a equipe de auditoria comunicou o encerramento dos trabalhos e apresentou o Relatório 41/2025, contendo o resultado dos trabalhos com a seguinte conclusão:

“Na opinião da Auditoria Interna, os processos da Fundação ELETROS foram considerados satisfatórios, com oportunidades de melhorias observadas durante o trabalho. As oportunidades de melhorias identificadas são relacionadas a operações com participantes, gestão de investimentos e formalização das estratégias de desinvestimento das carteiras.”
Transcrevemos abaixo a síntese das oportunidades de melhorias registradas no relatório:

1. ELABORAÇÃO DE NORMATIVO DE OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

A Fundação não dispõe claramente em seus fluxos processuais e normativos internos referentes às operações com participantes critérios de provisionamento da carteira e de reversão do provisionamento; fluxo de baixa contábil de contratos 100% provisionados; e fluxo de monitoramento da carteira e conciliação com os saldos contábeis.

2. OPORTUNIDADE DE MELHORIA NA GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Foram constatadas fragilidades na gestão de investimentos da Fundação Eletros em relação à falta de um fluxo documentado que define o monitoramento de pareceres de auditoria independente. A principal causa é a ausência de processos é a ausência de processos estruturados, com critérios bem definidos, para a gestão de investimentos, que podem comprometer o monitoramento dos fundos, com reflexo na capacidade de tomada de decisão e de cumprimento dos compromissos do passivo da entidade.

3. FORMALIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE DESINVESTIMENTOS DOS ATIVOS DA CARTEIRA

Foi constatado que a Fundação Eletros não possui regulamentação para contemplar as ações e/ou as estratégias adotadas para o desinvestimento da carteira. O monitoramento da carteira é considerado imprescindível para o alcance dos objetivos propostos, principalmente quando da ocorrência de eventos externos que podem comprometer a capacidade do ativo em gerar caixa ou até mesmo de alcançar rentabilidades anteriormente estabelecidas. Como consequências têm-se a possibilidade de comprometimento no fluxo de caixa da entidade e/ou falhas no monitoramento dos ativos em relação às expectativas de rentabilidade.

O Relatório registra, por fim, que:

“Por se tratar de oportunidade de melhoria e em função do processo de incorporação da Entidade, não há necessidade de manifestação ou envio de plano de ação.”

Convergente com o registro acima, a Administração aguardará o desfecho do processo de incorporação para avaliar a adoção de ações alinhadas com as oportunidades de melhorias.

Gerência de Previdência – Axia Energia

A Gerência é a unidade da Axia Energia responsável por realizar o acompanhamento dos planos de previdência patrocinados pela Patrocinadora, dentre outras atribuições.

Com a aprovação do Acordo de Cooperação Técnica entre a Eletros e a EletrobrasPrev, em 21.10.2025, e o Termo de Incorporação em 30.11.2025, iniciou-se uma nova dinâmica de troca de informações entre as duas entidades visando a integração dos processos, com a interlocução direta das áreas de negócios da Eletros com a Gerência, sem a intermediação da AUD.

Superintendência de Gestão de Pessoas – DGC/SGP – EPE

A DGC/SGP é a unidade da EPE responsável por realizar o acompanhamento do plano de previdência patrocinado pela Patrocinadora, dentre outras atribuições. Por força da Resolução CGPAR nº 38, de 04 de agosto de 2022, a Superintendência elabora relatório anual de acompanhamento das atividades da Eletros na gestão do plano de benefício visando a verificação do equilíbrio econômico-financeiro, a prestação de serviço de qualidade e a sustentabilidade do plano.

Em 2025 a Eletros recebeu demanda da Patrocinadora visando o fornecimento de informações relativas ao ano de 2024. Assim como observado no caso da auditoria interna, a Superintendência utilizou os serviços da empresa Exactus Consultoria Atuarial Ltda. para a elaboração do relatório.

O resultado do trabalho foi reportado no Relatório de Acompanhamento, encaminhado à Eletros em 10.12.2025. Por intermédio do Ofício nº 124/2025/PR/EPE, a Patrocinadora apresentou os apontamentos constantes no Relatório, solicitando a manifestação da Administração da Eletros, sendo atendida mediante envio da Carta PR – 176/2025.

Auditoria Interna da Patrocinadora EPE

Mediante carta datada em 17.04.2025, a Patrocinadora EPE comunicou à Eletros o início dos trabalhos de auditoria interna a ser realizado sobre as atividades da Fundação referente ao período 01.01.2024 a 31.12.2024. Ao longo de 2025 foram encaminhados diversos documentos/informações para atendimento à auditoria.

A empresa Exacttus Consultoria Atuarial Ltda foi contratada para realizar o trabalho de campo, sob supervisão da equipe de auditoria interna da EPE.

O Relatório de Auditoria Atuarial e Financeira - CGPAR nº 38/2022 apresentou apontamentos semelhantes ao do Relatório de Acompanhamento e, até a emissão do presente RAAI, a Patrocinadora não havia encaminhado ofício à Eletros, nos moldes observados no item anterior.

MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Até o fechamento do presente RAAI não constavam recomendações em andamento oriundas de órgãos externo de controle, incluindo as derivadas da auditoria independente das demonstrações financeiras.

MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DA AUD DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Ao longo dos ciclos anuais de auditoria interna a AUD fez recomendações à Administração visando a remediação de fragilidades encontradas nos controles internos. Em resposta, foram apresentados planos de ação para a mitigação dos riscos associados.

Com o objetivo de assegurar a conclusão dos planos de ação, a AUD monitora de forma permanente o *status* de implantação, reportando periodicamente o acompanhamento ao CDE. No final do exercício de 2025 todos os planos de ação relativos aos exercícios anteriores haviam sido concluídos.

CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS

Visando manter a AUD capacitada nos diversos temas de atuação, a equipe da gerência participou de treinamentos promovidos pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA Brasil, pela Abrapp e por outras instituições cujo escopo do treinamento abordasse assuntos relacionados às atribuições da AUD, tais como:

- ☐ 6º Seminário do Dever Fiduciário – Abrapp;
- ☐ Novas Regras para o PGA das EFPC - Res. 62 – Abrapp;
- ☐ Impactos da MP n.º 1292 nas Carteiras de Empréstimos - Abrapp;
- ☐ Desafios, Riscos e Oportunidades na Auditoria Interna: Adaptando-se ao Crescimento das Iniciativas ESG – IIA BRASIL;
- ☐ 1º Fórum (Governança e Sustentabilidade no Setor de Energia: O Papel da Auditoria Interna na Estratégia Corporativa, Gestão de Riscos e Oportunidades) - IIA BRASIL.

INDICADORES DE DESEMPENHO DA AUDITORIA INTERNA – KPI



Os Indicadores de Desempenho (KPI) visam o acompanhamento da atuação da auditoria interna na gestão das atividades inerentes à área, realizada ao longo dos ciclos anuais de avaliação.

Segue a seguir o breve relato sobre a cada um dos 8 KPI's utilizados no monitoramento do desempenho da auditoria interna em 2025, segregados pelas respectivas dimensões.

EFICÁCIA

□ KPI 01 - Ações de Auditorias: o indicador apresenta o cumprimento das ações de auditoria programadas previstas no PAAI. Conforme demonstrado anteriormente, os escopos planejados foram avaliados integralmente em 2025.

□ KPI 02 – Ações Administrativas/Projetos: o indicador apresenta o cumprimento das atividades desempenhadas pela AUD que não se enquadram naquelas típicas de auditoria, porém são necessárias para o funcionamento e aprimoramento da Unidade. Conforme demonstrado no título específico deste relatório, todas as ações programadas foram executadas.

EFETIVIDADE

□ KPI 03 - Recomendações Atendidas de Exercícios Anteriores: o indicador apresenta o cumprimento, pelos gestores, das recomendações emitidas em função dos trabalhos de auditoria em exercícios anteriores e ainda em estoque. No final de 2025 não havia recomendações pendentes.

□ KPI 04 – Recomendações Atendidas do Exercício Corrente: o indicador apresenta o cumprimento, pelos gestores, das recomendações emitidas em função dos trabalhos no

exercício corrente. Na data de fechamento do presente relatório, 27% (3/11) das recomendações estavam atendidas.

☐ **EFICIÊNCIA**

☐ KPI 05 - Tempo Médio de Realização das Auditorias: o indicador avalia a tempestividade das entregas da AUD na execução das auditorias. Ao longo de 2025 o prazo médio de conclusão do trabalho de campo ficou acima da meta de 90 dias em função do trabalho associado ao escopo 03.

☐ KPI 06 – Tempo Médio de Emissão do Relatório - RAAI: o indicador apresenta o tempo médio de emissão dos RAAI's parciais e consolidado. A meta de 30 dias foi cumprida ao longo de todo o exercício de 2025.

☐ **TEMPESTIVIDADE**

☐ KPI 08 – Execução dos Planos de Ação no Prazo: o indicador avalia a tempestividade da execução dos planos de ação para a remediação dos achados de auditoria considerando os prazos definidos na DEL CDE 017/2022.

No fechamento do exercício, apenas 25% (2/8) dos planos de ação foram concluídos nos prazos estabelecidos pelo CDE. Foram estabelecidos novos planos de ação para melhoria dos processos em questão.

O KPI 07 trata da média de horas de treinamento investidas em cada auditor, tendo como meta, no mínimo, 16h de treinamento. Em 2025 foram destinadas, em média, 117h/auditor.

Conclusão - AUDITORIA INTERNA

De maneira geral o ambiente de controles internos encontra-se adequado e os riscos, embora existentes, encontram-se mitigados, salvo os casos explicitamente mencionados ao longo do relatório e de seus anexos.

Destaca-se que a opinião da Auditoria Interna – AUD é resultante dos trabalhos desenvolvidos pela própria área durante o exercício, bem como pelo resultado dos trabalhos realizados pelas auditorias das patrocinadoras.

10. Governança e Planejamento Estratégico:

Em 2025, a Governança da Eletros foi alterada em decorrência da saída, de um Conselheiro efetivo do Conselho Fiscal, em 30/04/2025, dentro do primeiro semestre/2025. No início do segundo semestre/2025 foi habilitado o novo Conselheiro Fiscal efetivo, no lugar do Conselheiro Fiscal acima e, em 29/07/2025, a respectiva suplente renunciou ao cargo.

Em setembro de 2025 uma Conselheira suplente do Conselho Deliberativo solicitou portabilidade de Plano para outra instituição, perdendo a condição básica prevista no Estatuto

da ELETROS para ser Conselheira, de ser participante ou assistida, não havendo perda de representatividade.

Em novembro de 2025 o novo Presidente da ELETROS iniciou seu mandato, pelo término do mandato de seu antecessor.

Outrossim, destaca-se que no segundo semestre de 2025, a Alta Administração revisou o Planejamento Estratégico para o triênio 2024-2027, na 583ª Reunião do CDE, de 24/09/2025, tendo em vista a possibilidade dos novos cenários que se avizinharam, colocadas ao longo das reuniões anteriores do CDE. Na ocasião, por proposta da Diretoria Executiva, o Conselho Deliberativo aprovou a redução da taxa de administração dos Planos BD Eletrobras, CD Eletrobrás, Eletrobras CD I, CV ONS e EPE, de 0,40% ao ano para 020% ao ano, como premissa orçamentária para o triênio 2026-2028, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 62, de 9 de dezembro de 2024 administrados pela ELETROS, que passou a vigorar a partir de janeiro/2026.

11. Recomendações do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal desempenha um papel institucional importante no sistema de freios e contrapesos visando adequado funcionamento da EFPC. Suas recomendações visam contribuir para a transparência, a governança corporativa e a proteção dos interesses dos *stakeholders*.

As recomendações do Conselho Fiscal ajudam a assegurar a conformidade das práticas da Entidade com as leis, regulamentos e normas aplicáveis. Isso inclui a verificação da adequação dos controles internos, a revisão das demonstrações financeiras, a avaliação de riscos e a detecção de possíveis irregularidades.

As recomendações emanadas pelo Conselho Fiscal, em Atas e no Relatório de Controles Internos contribuem para a prevenção de fraudes, corrupção e outros comportamentos inadequados, garantindo a integridade dos processos operacionais e financeiros da Entidade. Além disso, as recomendações do Conselho Fiscal podem auxiliar a Eletros na tomada de decisões estratégicas e táticas.

Outro aspecto importante das recomendações do Conselho Fiscal é o fortalecimento da percepção de confiança dos participantes e patrocinadoras em geral, ao demonstrar uma governança corporativa sólida e uma atuação diligente na fiscalização dos interesses da Entidade. As recomendações do Conselho Fiscal buscam garantir a conformidade, a transparência e o acompanhamento sobre a gestão de riscos da Entidade. Neste sentido, o Conselho Fiscal exara recomendações, que constam das manifestações associadas aos temas tratados a cada ano no Relatório de Controles Internos, objetivando contribuir, dentro de sua competência de atuação, com o constante processo de aprimoramento dos controles internos e gestão de riscos. Todas as demandas e recomendações do CFE foram devidamente tratadas pela alta gestão com respostas por escrito ou apresentações presenciais nas reuniões ordinárias, ainda que nem todas tenham sido aderidas na plenitude.

A seguir, apresentam-se consolidadas as recomendações exaradas pelo Conselho Fiscal de Janeiro a Dezembro de 2025, considerando que as recomendações de janeiro a junho/2025 foram tratadas no Relatório de Manifestação do 1º semestre/2025 – páginas 52 a 53 daquele Relatório e transcritas neste para pronta referência:

Ata 488ª RCFE – 31/01/2025

- Multa contratual – Empresa EQUINIX: Solicitação detalhada da decisão de pagamento da multa por rescisão contratual, incluindo análise dos termos contratuais, justificativas legais e impactos financeiros para a Fundação.
- Laudos de avaliação dos imóveis: Exigência de disponibilização integral dos laudos de avaliação patrimonial, com destaque para metodologia aplicada, critérios de valoração e conformidade com a Instrução Previc nº 31/2020. • Inclusão de memorando jurídico em nota técnica: Determinação de anexar o MEMO PR/PRJ-001/25 à NT PRJ/DFC-001/24, ressaltando os fundamentos jurídicos que embasam as recomendações técnicas. • Relatório de Risco de Cadastro: Solicitação de disponibilização do relatório detalhado para mitigação de inconsistências cadastrais, com foco em controles internos e prevenção de fraudes.

Ata 489ª RCFE – 26/02/2025

- Benchmarking de rentabilidade dos planos CV: Apresentação de estudo comparativo aprofundado da rentabilidade de 2024 e dos últimos 5 anos com EFPC S2, incluindo análise de variáveis macroeconômicas e estratégias de investimento.
- Custos de vacância dos imóveis: Solicitação de demonstrativos mensais e anuais detalhados dos custos de vacância, com identificação das causas e propostas de mitigação.
- Apresentação da Auditoria Independente BDO: Recomendação de reunião extraordinária para apreciação das demonstrações financeiras de 2024, com discussão dos principais achados e recomendações da auditoria.
- Exemplo prático sobre precificação de títulos públicos: Solicitação de apresentação elucidativa sobre impactos da marcação na curva versus mercado, com exemplos numéricos e cenários comparativos.

Ata 490ª RCFE – 21/03/2025

- Parecer sobre Demonstrações Financeiras 2024: Emissão de parecer favorável, sem ressalvas, após auditoria da BDO e pareceres atuariais da WTW e equipe interna, destacando a conformidade com normas contábeis e atuariais vigentes.

Ata 491ª RCFE – 26/03/2025

- Planejamento financeiro trimestral: Solicitação de cronograma detalhado de apresentações trimestrais de planejamento financeiro, com metas, indicadores e responsáveis.
- Benchmarking de rentabilidade (continuação da 489ª): Apresentação de estudo comparativo com planos CV similares, incluindo análise de performance e riscos.

- Cláusulas contratuais – Equinix: Recomendação de revisão preventiva de contratos para evitar cláusulas onerosas, com análise jurídica e propostas de ajustes.

Ata 492ª RCFE – 25/04/2025

- O CFE solicitou acesso aos documentos de gestão da ELETROS, anteriores à posse do Conselheiro, entendendo que esta limitação também limita a responsabilidade de pesquisa sobre temas relevantes à fundação. Reiterando, que estes bloqueios técnicos sejam transpostos a fim de permitir a todos os Conselheiros da Fundação um livre acesso às documentações, independentemente da data de criação/disponibilização dos mesmos.

Ata 493ª RCFE – 30/05/2025

- Parecer jurídico externo sobre recomendações: Solicitação de parecer de consultoria jurídica independente para validar as recomendações do Conselho.
- Reunião de trabalho para consolidação das recomendações: Proposta de encontro específico para consolidar posição do CFE no Relatório de Manifestação 2024, com participação dos principais stakeholders.
- Gestão de riscos – certificações e processos: Solicitação de acompanhamento detalhado sobre certificações ISO e implementação de SLAs nos empréstimos, visando aprimorar controles e reduzir riscos.

Ata 495ª RCFE – 27/06/2025

- Revisão normativa – agente custodiante e fiduciário: Solicitação de proposta detalhada de revisão normativa, com análise de impactos regulatórios e operacionais.
- Apresentação sobre resgates nos planos CD: Solicitação de esclarecimentos detalhados sobre número elevado de resgates em março/2025, incluindo perfil dos participantes e causas.
- Apresentação sobre inadimplência de empréstimos: Solicitação de relatório geral detalhado sobre riscos de inadimplência, com indicadores e medidas mitigadoras.
- Convênio com rede de hotéis Le Canton: Solicitação de divulgação institucional detalhada do convênio, com benefícios e alcance para os participantes.

Ata da 496ª RCFE, de 25/07/2025:

- 3.1. Apresentação: Relatório Estatístico de Participantes e Assistidos até maio/2025 ou data da última apuração – Atendimento: E-mail encaminhado em 29/12/2025 contendo a documentação relativa ao Processo de Retenção - RESGATES E PORTABILIDADES - 12/2021 a 09/2025.
- 1.1. Avaliação do Relatório Gerencial de Compliance, conforme item 4 – Conformidade com Normas e Regulamentação, subitem 2, do Plano de Trabalho Anual do CFE – Atendimento:

Encaminhado via e-mail em 10/09/2025 - Relatório de Manifestação CFE Janeiro a Dezembro 2024.

- 1.5. Avaliação do Relatório de Status de Implementação, conforme item 10 – Demandas, Recomendações e Acompanhamento das Respostas da Administração e das Ações Corretivas, subitem 3, do Plano de Trabalho Anual do CFE: O Conselheiro Juvenor Pereira da Silva Júnior questionou a Coordenadora quanto à solicitação registrada durante a 492ª Reunião do CFE, realizada em 24 de abril de 2025, e posteriormente reiterada, relativa à concessão de acesso aos documentos de gestão da Eletros anteriores à sua entrada no colegiado.

Em resposta, foi informado que, embora tenha conhecimento da existência de ações internas voltadas à resolução do tema, ainda não foi obtida uma resposta conclusiva. Na ocasião, o Conselheiro solicitou que o Presidente da Eletros apresente um posicionamento sobre o assunto até a próxima reunião do colegiado. Atendimento: resposta por meio da Carta PR 099/25 de 22/08/2025 e posteriormente com a disponibilização em 31/03/2026, por meio de e-mail desta data com os links de acesso dentro da Plataforma Atlas Governance, constando o histórico desde a implantação da Plataforma na ELETROS em julho/2021.

- 2.1. Examinar se os Atos de Gestão Praticados pelos Colegiados de Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva estão aderentes às competências estipuladas no Estatuto Social e Legislação - O Conselheiro Juvenor Pereira sugeriu, no caso do acompanhamento das Obrigações Legais, a instituição de reuniões quinzenais ou mensais (a ser avaliado) de prestação de contas das áreas, momento em que cada representante prestaria informações sobre o cumprimento das obrigações. Esta dinâmica reforça a atenção quanto às obrigações, com a inversão do processo de verificação do Compliance – Atendimento: na 500ª Reunião do Conselho Fiscal, de 31/10/2025.

Ata da 498ª RCFE, de 29/08/2025:

- 3. Informações da Diretoria; 3.1. Apresentação – O acesso dos Conselheiros à documentação da Fundação e uma avaliação dos sistemas de informação e dados para o acesso integral. Atendimento: na 500ª Reunião do Conselho Fiscal, de 31/10/2025.

Ata da 499ª RCFE, de 24/09/2025:

- 1.1. Avaliação do Relatório Gerencial de Compliance, conforme item 4 – Conformidade com Normas e Regulamentação, subitem 2, do Plano de Trabalho Anual do CFE. Atendimento: na 500ª Reunião do Conselho Fiscal, de 31/10/2025.
- 1.3. Avaliação do Relatório Gerencial da Auditoria Interna de Acompanhamento das Recomendações, conforme item 8 – Auditorias, subitem 4, do Plano de Trabalho Anual do CFE. Atendimento: E-mail encaminhado em 11/11/2025 contendo como anexo a Norma de Aquisição de Bens e Serviços e Termo de Declaração Unilateral da Eletros.
- 1.3. Avaliação do Relatório Gerencial da Auditoria Interna de Acompanhamento das Recomendações, conforme item 8 – Auditorias, subitem 4, do Plano de Trabalho Anual do CFE - Quanto ao Convênio INSS, o Gerente da Auditoria Interna – AUD, André Dias, relatou que

o tema foi tratado no Conselho Deliberativo, que solicitou apresentação mais detalhada à Diretoria. O Presidente do CFE Leduc solicitou que a mesma apresentação seja feita também ao CFE, de modo a permitir o acompanhamento pelo colegiado. Atendimento: E-mail encaminhado em 01/12/2025 contendo a documentação relativa ao Convênio INSS, bem como os desdobramentos ocorridos em reuniões do CDE.

- 6. Apreciação do Balancete de julho/2025 - Na sequência, o Conselheiro Wanderson Luiz Lopes Fortunato ratificou a recomendação realizada na reunião de julho/2025 da 496ª RCFE, no sentido de verificar junto ao Diretor de Benefícios, Eduardo Brasil, as informações relativas aos números de resgates e portabilidades realizados em face dos desligamentos dos empregados da Eletrobras, visando verificar a efetividade das ações da Eletros de retenção de participantes. Acrescentou ainda que seria oportuno verificar, junto ao Diretor Eduardo Brasil, o nível de adesão dos participantes ao parcelamento das contribuições extraordinárias em atraso, considerando as notícias veiculadas na mídia acerca da alegada dificuldade dos participantes em arcar com seus compromissos perante o benefício dos planos de previdência. Atendimento: E-mail encaminhado em 29/12/2025 contendo a documentação relativa ao Processo de Retenção - RESGATES E PORTABILIDADES - 12/2021 a 09/2025.

- 3. ATAS das Reuniões da Diretoria - Em referência à Ata DEE 1330ª, acerca do processo de recebimento do Edifício Mario Bhering, o Presidente do CFE manifestou preocupação, ressaltando que o equilíbrio das contas relativas aos imóveis da Eletros vinha sendo alcançado, em grande parte, em razão da receita proveniente do aluguel desse imóvel. Solicitou à DEE esclarecimentos sobre a forma como está sendo conduzida a entrega, bem como informações detalhadas acerca dos valores, prazos e do reembolso relativo ao *Retrofit*, pontos que ainda não se encontram devidamente esclarecidos. Atendimento: Documento disponibilizado por meio do Portal Atlas Governance para a 502ª Reunião do CFE, de 01/12/2025.

Ata da 500ª RCFE, de 31/10/2025:

- 1.5. Avaliação do Relatório de Status de Implementação - No item 3.4.3, relativo à Norma de Seleção e Monitoramento de Agente Custodiante e Administrador Fiduciário, vinculada à obrigação da Resolução Previc nº 23/2023 (Arts. 219 e 220), solicitou que constasse no relatório o prazo legal para a revisão da norma.” – Sobre o prazo constar no relatório, informou que se compromete a indicar no próximo e que o prazo previsto para ajuste é dezembro de 2025. Atendimento: Em relação à revisão da norma, foi informado que estava em andamento em fase de análise, ainda com pontos de melhorias, porém dentro do cronograma estimado, cujo prazo previsto inicialmente era o dia 31/12/2025. Após análises, a Norma foi aprovada na 1358ª Reunião da DEE, de 07/04/2026, informação constante do Relatório de Compliance 003/2026, de janeiro a março/2026 (material basilar da 508ª Reunião do CFE, de 27/04/2026).

- 3.2. Tema Livre – O Conselheiro Juvenor Pereira da Silva Júnior realizou solicitação em relação a sua solicitação de acesso pleno à plataforma Atlas. 1. Providenciar ajuste de parametrização no Sistema Atlas, de modo a permitir que os Conselheiros Fiscais e Deliberativos da Eletros tenham acesso direto através do referido sistema a todas as atas de reunião dos Órgãos Estatutários da Eletros disponíveis na Base de Dados do sistema, bem como ao material basilar, independentemente da data de investidura no cargo de Conselheiro.

2. Esta recomendação deve ser atendida no prazo de 30 dias. Atendimento: disponibilização em 31/03/2026 por meio de e-mail desta data com os links de acesso dentro da Plataforma Atlas Governance, constando o histórico desde a implantação da Plataforma na ELETROS em julho/2021.

Ata da 502ª RCFE, de 01/12/2025:

- Assuntos Gerais - Status da Denúncia Antecipada do Contrato de Locação *Built To Suit* do Edifício Mário Bhering. Atendimento: O Diretor Luiz Guilherme prestou os esclarecimentos sobre o status da Entrega do Edifício Mario Bhering na 502ª Reunião e, ao terminar, encaminhou a documentação referente ao tema para o conhecimento do CFE. Foi encaminhado por e-mail no dia 01/12/2025 resposta à Carta da AXIA Energia, CTA-GSPFAI-018/2025, e demais temas em referência à Denúncia Antecipada do Contrato de Locação *Built To Suit* do Edifício Mário Bhering.

Ata da 503ª RCFE, de 19/12/2025:

- Assunto: Revisão da Carta CTA ONS DGL/SU 1920/2025, de 11/12/2025 – Transferência de Gerenciamento do Plano CV ONS (CNPB nº 20.000.056-83) administrado pela Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros (Eletros) para a Fundação CESP (VIVEST). Após análise da carta mencionada, cujo tema é a transferência de gerenciamento do Plano CV ONS, atualmente administrado pela Fundação Eletros, para outra entidade, e considerando: Votos contrários: Conselheiros Gustavo Botrel e Wanderson Fortunato; Votos favoráveis: Conselheiros Juvenor Pereira da Silva Júnior (propositor) e José Luiz Leduc, sendo este último utilizando o voto de qualidade, em conformidade com o parágrafo segundo do Art. 44 do Estatuto Social da Eletros; O Conselho Fiscal recomendou: Que o Presidente da Fundação Eletros, na qualidade de representante legal, visando a adequada adoção dos procedimentos necessários ao início da transferência de gerenciamento, solicite ao Patrocinador ONS:

1. Alteração na classificação do referido documento, considerando que o conteúdo da Carta é restritivo e desta forma inibe a possibilidade de divulgação do seu teor, comprometendo em parte a comunicação aos participantes e assistidos, conforme previsto no inciso II do caput do Artigo 131 da Resolução PREVIC 23, de 14 de agosto de 2023, uma vez que estes destinatários têm direito assegurado de conhecer a motivação exposta na citada correspondência que fundamenta as razões da pretendida transferência de gerenciamento de plano de benefício;

2. Complementação à referida carta, em sua exposição de motivos, de forma a contemplar os incisos II e III do Parágrafo único do Artigo 131, da Resolução PREVIC 23, como esclarecido abaixo: Quanto ao inciso II - Apresentar manifestação sobre a estrutura de governança das entidades de origem e destino, mediante comparativo que explicita a representação dos patrocinadores e participantes e assistidos vinculados aos planos objeto da transferência de gerenciamento; Quanto ao inciso III - Apresentar manifestação sobre a vantajosidade da operação, tendo por base as informações dos incisos I e II do referido Parágrafo único."

Adicionalmente o Conselheiro Juvenor, registou por e-mail, o destaque abaixo, em resposta ao envio dos links com os exemplos do modelo de comunicação realizado nos processos de gerenciamento dos Planos da Ceron e Elos: "Ademais, aproveito para encaminhar abaixo o link de uma carta de solicitação de transferência de gerenciamento de plano de benefício, dentre outras livremente acessíveis na Internet. Esta carta, da EDP para a ENERPREV, traz

um excelente exemplo de conteúdo que atende a Resolução 23 da PREVIC. https://enerprev.com.br/wp-content/uploads/2024/02/Notificacao-Patrocinadoras-Grupo-EDP_ENERPREV_FINAL-31012024.doc.pdf" – Atendimento: registro do e-mail enviado pelo Presidente da ELETROS na 508ª RCFE, de 27/04/2026.

- 1.3. Avaliação do Relatório Gerencial da Auditoria Interna de Acompanhamento das Recomendações, conforme item 8 – Auditorias, subitem 4, do Plano de Trabalho Anual do CFE. Quanto ao Convênio INSS, o Gerente da Auditoria Interna – AUD, André Dias, relatou que o tema foi tratado no Conselho Deliberativo, que solicitou apresentação mais detalhada à Diretoria. O Presidente do CFE Leduc solicitou que a mesma apresentação seja feita também ao CFE, de modo a permitir o acompanhamento pelo colegiado. Atendimento: E-mail encaminhado em 01/12/2025 contendo a documentação relativa ao Convênio INSS, bem como os desdobramentos ocorridos nas reuniões do CDE.

12. Conclusão

Analisando o conjunto abrangente de informações apresentadas neste Relatório, juntamente com os materiais basilares examinados nas reuniões do Conselho Fiscal realizadas ao longo do período base, bem como os documentos de referência mencionados no item 13, o CFE conclui em sua Manifestação relativa ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025, que aborda de maneira substancial os aspectos relevantes referentes a Riscos, Controles Internos e Conformidade.

Portanto, tais informações devem ser consideradas como parte integrante do processo de tomada de decisão pelos usuários das informações da Entidade, salientando que sua relevância não se limita apenas a esses usuários. Cabe destacar que a gestão de riscos e controles internos constitui uma ação contínua, visando o constante aprimoramento desses aspectos.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

O CFE, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, especialmente as estabelecidas na Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, a fim de fundamentar a emissão deste Relatório de Manifestação do Conselho Fiscal referente ao período do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 utilizou-se de informações e evidências formalizadas nos Relatórios Gerenciais e Memorandos que fizeram parte do material basilar desta manifestação, para monitorar as atividades administrativas e, comunicar que as reuniões mensais foram conduzidas de acordo com o Plano de Trabalho do Colegiado que prevê, entre outras, verificações relativas:

- Gerenciamento de Riscos;
- Gestão de Compliance;
- Gestão do Passivo;
- Gestão do Ativo;
- Execução orçamentária;
- Certificação dos dirigentes, conselheiros e membros dos comitês de investimento;
- Gestão Administrativa;
- Resultados dos Indicadores de Gestão do Plano de Gestão Administrativa – PGA;
- Planejamento Estratégico.

Como resultado de todas essas atividades, o Conselho Fiscal da ELETROS, com base nas verificações e análises realizadas durante o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025, reportou em suas Atas e nos Relatórios de Controles Internos, emitido semestralmente, todos os fatos ou evidências, de seu conhecimento, que possam ser utilizadas por seus diversos usuários.

Vale ressaltar que o processo de Gestão Baseada em Riscos e Controles Internos, bem como sua fiscalização, são processos contínuos que devem ser vistos como um ciclo virtuoso, pois visam atender aos requisitos de transparência da gestão e prestação de contas, possibilitando um maior monitoramento por todas as partes interessadas.

O conjunto de informações apresentadas neste Relatório, juntamente com os Relatórios emitidos pelos Auditores Independentes da Entidade, bem como os Relatórios Gerenciais das áreas técnicas, permite ao Conselho Fiscal concluir que as informações relativas a Risco, Controles Internos e Conformidade, abrangendo o período em questão, estão suficientemente abordadas neste Relatório de Manifestação do CFE em seus aspectos relevantes.

Tais informações devem, portanto, ser consideradas como parte do processo de tomada de decisão pelos usuários das informações da Entidade, sem, contudo, limitar-se a estes. Destaca-se aqui que a gestão de riscos e controles internos é uma ação contínua que visa a constante melhoria da Entidade. A presente manifestação deverá ser devidamente

comunicada ao Conselho Deliberativo, a quem compete deliberar sobre as medidas que, eventualmente, sejam consideradas necessárias. Além disso, deverá permanecer arquivada na Entidade, ficando à disposição da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

13. Documentos de Referência

- Legislação e normativos citados;
- Documentação basilar das reuniões do CFE de janeiro a dezembro/2025 utilizada para o Relatório;
- Memo SEG – 002/2025: Informação para o Relatório de Manifestação do Conselho Fiscal – De janeiro a junho (1º Semestre) de 2025 e Planilhas contendo a relação dos dirigentes Certificados / Habilitados;
- Memo PR/PRJ – 012/2025: Acompanhamento Orçamentário – Planos BD Eletrobrás, CD Eletrobrás e PGA;
- Memo DF/DFI – 002/2025: Resultado dos Investimentos - 1º Sem/ 2025;
- Memo DB/DBR-002/2025: Justificativas para as Diferenças das Receitas e Despesas Previdenciárias – 1º Sem/2025;
- Relatório Gerencial de Compliance Nº01/2025;
- Relatório Gerencial de Compliance Nº02/2025;
- Controle de Demandas e Recomendações 2025;
- Relatório de Aderência à Política de Investimentos – Jun-2025;
- Relatório Gerencial de Riscos – 1º sem 2025;
- Relatório Gerencial de Riscos Institucionais de Julho a Dezembro/2025;
- Memorando DB/DBR 001/2026 - Justificativas para as Diferenças das Receitas e Despesas Previdenciárias – 2º Sem/2025;
- Memorando DF/DFC 002/2026 - Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária e dos Indicadores de Gestão do PGA - 2º Semestre/2025;
- Memorando PRJ 004/2026 à DFC – Justificativas - Acompanhamento Orçamentário Segundo Semestre de 2025 – Planos BD Eletrobras, CD Eletrobrás BPDS, CD Eletrobrás Renda Vitalícia, PGA, CV ONS, CV EPE, CD I Eletrobrás, CD Eletros Multi, CD Prevserv Brasil;
- Memorando DF/DFI 001/26 – Resultados dos investimentos no ano de 2025;
- Relatório de Aderência à Política de Investimentos 001/2026;
- Plano Anual de Auditoria Interna - PAAI/2025;
- Relatório Anual de Auditoria Interna - RAAI/2025;

- Memorando DB/DBA 001/2026 - Justificativas para as Diferenças Orçamentárias de Responsabilidade da Gerência Atuarial e Subsídios para Manifestação do Conselho Fiscal relativos ao 2º Semestre de 2025;
- Memorandos SGO 001/2026 e SGO 003/2026 e Anexos – Regularidade das Certificações e Habilitações Janeiro a Dezembro/2025;
- Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis do ano de 2025.

14. Glossário de Termos

AUD – Auditoria Interna;

BD ELETROBRAS – Plano de benefício definido dos participantes e assistidos das patrocinadoras Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel e Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS.

CD ELETROBRÁS – Plano de contribuição definida dos participantes e assistidos das patrocinadoras Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel e Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, composto por Plano CD ELETROBRÁS PURO e Plano CD SALDADO (BPDS).

CD 1 – Eletrobras CD 1.

CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro (renda fixa).

CV ONS – Plano de contribuição variável dos participantes e assistidos da patrocinadora Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

CV EPE – Plano de contribuição variável dos participantes e assistidos da patrocinadora Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

Plano CD Puro Consolidado - refere-se ao Plano CD Puro e seus perfis de investimento;

Plano CV ONS Consolidado - refere-se ao Plano CV ONS e seus perfis de investimento;

Plano CV EPE Consolidado - refere-se ao Plano CV EPE e seus perfis de investimento;

ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar;

ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais;

APIMEC – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais;

CDE – Conselho Deliberativo da ELETROS;

CFE – Conselho Fiscal da ELETROS;

DEE – Diretoria Executiva da ELETROS;

DF – Diretoria Financeira;

ICSS - Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social; INSS – Instituto Nacional do Seguro Social;

OFND - Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento;

PGA – Plano de Gestão Administrativa;

PLD-FT - Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo;

PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 2026



José Luiz Grunewald Miglievich Leduc
5923

José Luiz Grunewald Miglievich Leduc

Presidente do Conselho Fiscal



Gustavo Botrel
6009

Gustavo Botrel Coutinho de Melo

Conselheiro Fiscal



Juvenor Pereira Da Silva Junior
41329

Juvenor Pereira da Silva Júnior

Conselheiro Fiscal



WANDERSON LUIZ LOPES FORTUNATO
46059

Wanderson Luiz Lopes Fortunato

Conselheiro Fiscal

Ata 512 CFE com Rel Manifest jan a dez 2025.pdf

Valide a autenticidade do documento clicando ou escaneando o QR Code ao lado ou acesse o [verificador de autenticidade](#) e insira o código: 9A731-F7093-F4453



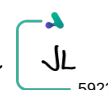
Solicitação de assinatura iniciada por: **Malba d. C. T. em 30/06/2026**

 Assinaturas

Assinatura eletrônica



José Luiz Grunewald Miglievich Leduc



Assinou em: 30 de junho de 2026, 15:47:09 | E-mail: jlg*****@gm***** | Endereço de IP: 2804:14d:5083:858a:4d34:8257:220f:1c0a | Segundo Fator de Autenticação: Whatsapp | Dispositivo/Aplicativo: Mobile Safari , iOS 18.7 | Celular: *****3324



Danielle Christine Almeida de Albuquerque Coutinho



Assinou em: 30 de junho de 2026, 15:56:58 | E-mail: dan*****@e|***** | Endereço de IP: 187.16.97.155 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 149.0.0.0, Windows 10 | Celular: (**) *****-6087



Gustavo Botrel



Assinou em: 30 de junho de 2026, 16:16:56 | E-mail: bot***@on***** | Endereço de IP: 2804:14d:5c5c:80e0:2062:a2c5:e0dd:675c | Segundo Fator de Autenticação: Sms | Dispositivo/Aplicativo: Mobile Safari , iOS 18.7 | Celular: *****8981



WANDERSON LUIZ LOPES FORTUNATO



WANDERSON LUIZ LOPES FORTUNATO



Assinou em: 30 de junho de 2026, 17:07:19 | E-mail: wan*****@el***** | Endereço de IP: 170.85.20.173 | Segundo Fator de Autenticação: Sms | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 149.0.0.0, Windows 10 | Celular: (**) *****-5556



Malba Patricia Herbene da Cunha Palhano
Teixeira



Malba Patricia Herbene Da Cunha Palhano Teixeira



Assinou em: 30 de junho de 2026, 17:29:13 | E-mail: mal**@el***** | Endereço de IP: 177.69.142.66 | Segundo Fator de Autenticação: Whatsapp | Dispositivo/Aplicativo: Microsoft Edge 149.0.0.0, Windows 10 | Celular: (**) *****-1471



Juveor Pereira da Silva Junior



Juveor Pereira Da Silva Junior



Assinou em: 30 de junho de 2026, 18:25:23 | E-mail: juv*****@gm***** | Endereço de IP: 2804:14c:6533:40c2:8b7:5a81:e2e4:f573 | Segundo Fator de Autenticação: Whatsapp | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 138.0.0.0, Mac 10.15.7 | Celular: (**) *****-5077